



Carlos Wagner

**A história perdida das
benzedeiras
gaúchas**

fotos de Emilio Pedroso





Carlos Wagner

A história perdida das **benzedeiiras gaúchas**

fotos de
Emilio Pedroso

PATROCÍNIO



Lei Rouanet
Incentivo a
Projetos Culturais

BRDE
Banco de Recurso
do Estado



Amberflex
Soluções em Flexão

PRODUÇÃO

IC
consultoria

REALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

© de Carlos Wagner e Emilio Pedroso, 2025

PROJETO CULTURAL, PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

Lisboa & Rocha Consultoria Ltda.

ASSISTENTE DE PRODUÇÃO

Giselle Donate Corrêa Lima

PESQUISAS E TEXTO

Carlos Wagner

FOTOGRAFIA

Emilio Pedroso

REVISÃO

Elton Werb

EDITORA

Bá / Mariana Bertolucci

PROJETO GRÁFICO

Antônio Wenzel Luzzatto

AUDIODESCRIÇÃO

Rosemar Antonio Cardoso dos Santos

IMPRESSÃO

Noschang Artes Gráficas Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Wagner, Carlos
A história perdida das benzedeiras gaúchas /
Carlos Wagner ; com fotos de Emilio Pedroso. --
Porto Alegre, RS : Araucária Editora : Bá Editora,
2025.

ISBN 978-85-92953-04-1

1. Bênção 2. Curandeiras 3. Cultura popular
4. Ervas - Uso terapêutico 5. Jornalismo
6. Religião I. Pedroso, Emilio. II. Título.

25-258001

CDD-070

Índices para catálogo sistemático:

1. Jornalismo 070

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

ISBN 978-85-92953-04-1



Dona Santinha



Felipe Benzedor
(Felipe Severo Gerunio)
Contato: 55 9 9649 5519
55 99915 6343



Luiz Carlos Garcia Couto



Terezinha Veloz

Marlene Cassiano

Jorge Alberto Genro

Tânia Ferreira

Índice

PREFÁCIO

Nilson Mariano, **11**

INTRODUÇÃO

Em busca da história perdida das benzedadeiras, **15**

CAPÍTULO 1

As benzedadeiras e o renascimento
da luta pela terra, **21**

CAPÍTULO 2

As ervas medicinais do frei Zanatta, **29**

CAPÍTULO 3

Quem tem o dom da benzedura não pode
virar as costas quando é procurado, **33**

CAPÍTULO 4

Reza forte das missioneiras, **39**

CAPÍTULO 5

As rezas campeiras ajudam a manter a saúde mental, **47**

CAPÍTULO 6

Resgate da prática popular de benzer, **55**

CAPÍTULO 7

As benzedeiros do monge São João Maria em Soledade, **61**

CAPÍTULO 8

O goleiro que virou benzedor, **71**

CAPÍTULO 9

As rezas das barrancas do Rio Uruguai
na Terra dos Presidentes, **77**

CAPÍTULO 10

A Santa Profana de São Borja e as benzedeiros missionárias, **87**

CAPÍTULO 11

Garruchos é uma terra semeada pela fé dos missioneiros, **91**

CAPÍTULO 12

As benzedeiros digitais da pandemia, **103**

CAPÍTULO 13

As benzedeiros das comunidades quilombolas, **113**

CAPÍTULO 14

O poeta nativista e a benzedeira de Piratini, **117**

CAPÍTULO 15

As benzedeiros sobreviveram aos novos tempos
porque se adaptaram, **123**

CAPÍTULO 16

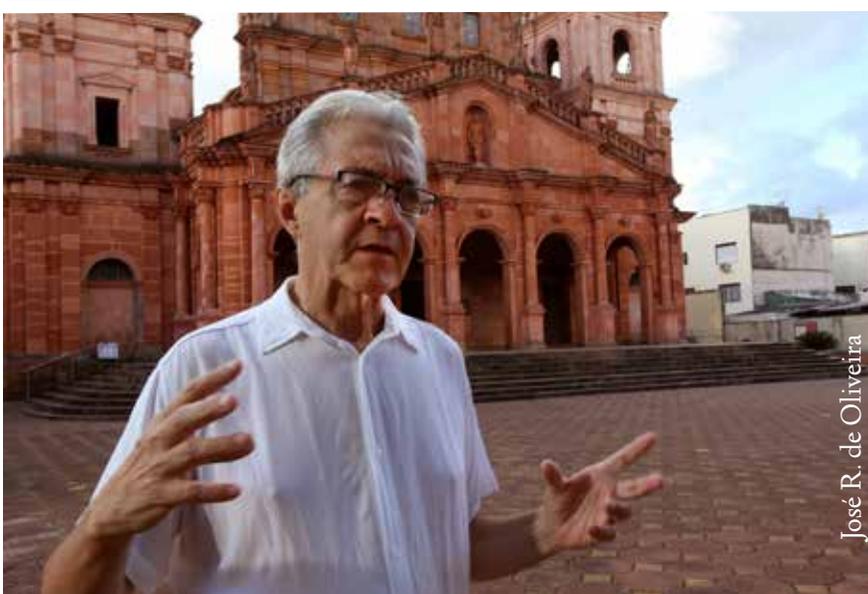
Dona Tita, a benzedeira do Brizola, e
os fiapos da história dos campos de batalha, **127**

CAPÍTULO 17

Orgulho de ser neta da benzedeira Angelina,
discípula do monge São João Maria, **131**



Queixinho da Merência



José R. de Oliveira





PREFÁCIO

O livro que o repórter Carlos Wagner nos oferece revela um universo mágico, sobretudo benfazejo. É sobre as benzedeadas e os benzedores, os que herdaram a prática milenar de ajudar na cura dos males do corpo e da alma. São aqueles que aprenderam os segredos das ervas curativas, dos chás, das fumigações. Os que foram contemplados com um dom que tangencia o sublime: benzer e abençoar, não importa a quem, e sem nada pedir em troca.

Carlos Wagner é da escola dos repórteres estradeiros. É dos que metem o pé, no barro ou na poeira, em busca de mais uma história para contar. Foi assim que procedeu para a elaboração da presente obra. Em parceria com o repórter fotográfico Emilio Pedroso — outro conhecedor dos rincões gaúchos —, percorreu centenas de quilômetros, seja no asfalto ou no chão pedregoso, atrás de suas personagens. Praticamente esquadrinhou o território do Rio Grande do Sul, do campo às serras, para compor um retrato dos diferentes perfis de benzedeadas, cada qual com suas peculiaridades e influências.

O que o Carlos Wagner aporta neste livro-reportagem surpreende. Encanta por nos mostrar que o ofício de benzer segue atual e necessário. Quem sofre de afta na boca — o popular sapinho — encontra alívio com emulsões de plantas antifúngicas. Poucos duvidariam das propriedades da camomila, da erva-doce, da carqueja, do alecrim. Donos de bois afetados por bicheira — causada pela mosca do berne — recorrem aos que expulsam o verme com o poder de rezas ancestrais. Os casos são variados, e exemplares.





Este livro já se justificaria por expor o trabalho generoso das benzedeadoras. Mas vai além. Traz pesquisas científicas que atestam o poder terapêutico da benzeção e a eficácia dos vegetais (os fitoterápicos). Não se trata de rivalizar com a Medicina, longe disso. Médicos e enfermeiros são insubstituíveis. A ciência não se questiona. No entanto, nos cantões aonde o Estado não chega, lá onde as pessoas gemem de dor sem que um especialista as examine e receite algum remédio, as benzedeadoras são valiosas.

O Poder Público reconhece as benzedeadoras como aliadas. São chamadas para os programas de distribuição de ervas medicinais e no atendimento em postos de saúde. Por quê? Simples. Elas falam a linguagem do povo, sabem dar atenção e ouvir, têm o dom de confortar e encaminhar a solução. Talvez desconheçam, mas funcionam como psicólogas caseiras.

Este livro destaca uma figura histórica esquecida pelo oficialismo: o monge italiano João Maria D'Agostini, que peregrinou pelo Rio Grande do Sul, por Santa Catarina, Paraná e outras regiões. João Maria era um “andarilho do bem” (copio a expressão do historiador Carlo Ginzburg, que pesquisou sobre os “benandanti” da Itália dos séculos XVI e XVII). Pregador solitário, andava por matas e sertões com suas orações, bênçãos e infusões de folhas e raízes, em socorro aos excluídos da época. Passou a ser reverenciado por São João Maria; tornou-se uma espécie de patrono das benzedeadoras.

Aos 75 anos, o “estradeiro” Carlos Wagner é o repórter da reforma agrária, dos agricultores sem terra. Também das adolescentes prostituídas, dos “brasiguaios” (os campesinos que colonizaram parte do Paraguai), das migrações, dos crimes de fronteira, dos indígenas, enfim, dos que estão à margem e não têm voz. Apelidado carinhosamente de “Viejo” por colegas, é mestre de gerações.

Benzedeadoras anunciam que fazem o bem, não importa a quem. O Wagner faz Reportagem.

Nilson Mariano
Jornalista e pesquisador histórico





INTRODUÇÃO

Em busca da história perdida das benzedeadas

Não tive o cuidado de anotar todos os quilômetros rodados. Mas os que anotei me permitem dizer que creio ter viajado cerca de 15 mil quilômetros, partindo de Porto Alegre para os quatro cantos do território gaúcho, para conversar com benzedeadas e benzedores. Em parte, essa quilometragem toda se deveu às tempestades, com ventos e chuvas torrenciais, que no início de maio de 2024 se abateram sobre o Rio Grande do Sul, provocando inundações catastróficas que superam a grande enchente de 1941. Outras duas enchentes devastadoras já haviam atingido o Estado em setembro e novembro de 2023, destruindo estradas, pontes e a infraestrutura em 478 dos 497 municípios gaúchos. Por conta de todos esses estragos, uma viagem de Porto Alegre a Carazinho, de 300 quilômetros, que normalmente levaria cinco horas, passou a ser feita em 12 horas. Era preciso dar uma longa volta, seguindo primeiro para o Litoral Norte, depois retornando até Novo Hamburgo, no Vale do Sinos, de lá seguir para Montenegro, no Vale do Caí, e, finalmente, rumo a Carazinho pela BR-386, rodovia que liga a Região Metropolitana de Porto Alegre ao noroeste gaúcho e ao oeste de Santa Catarina. Chegar e sair de Porto Alegre exigia a elaboração de um plano estratégico que às vezes não dava certo. Em duas ocasiões ficamos presos em engarrafamentos. Uma, durante três



horas, em Eldorado do Sul, a apenas 16 quilômetros da Capital. E outra, por duas horas e meia, na ponte do Rio Taquari, em Lajeado, a 120 quilômetros de Porto Alegre. O saldo destas três enchentes: 258 mortos, 90 desaparecidos, 443 mil desalojados, 18 mil desabrigados e 2,3 milhões de pessoas prejudicadas.

Dito isso, lembro que a respeito do passado das benzedeiiras na história oficial do Rio Grande do Sul pouco ou nada ficou documentado. Ficaram os feitos guardados na memória das famílias que procuraram ajuda nas suas orações e nos seus remédios caseiros. Não foi possível ter acesso a todas as informações deste período porque os registros eram orais e desapareceram com as pessoas. Assim, foquei a minha busca no modo como vivem hoje as benzedeiiras. E qual é a participação delas nos acontecimentos atuais.

Fiquei surpreso com a ideia de que existiu e ainda existiria uma competição entre as benzedeiiras e os médicos. Isso nunca aconteceu. O que existiu, os escassos registros nos permitem afirmar, é que na época em que os médicos e os serviços de saúde eram poucos e precários, havia benzedeiiras e benzedores espalhados em abundância por todos os rincões do território gaúcho. Caso a pessoa morasse em um desses rincões e precisasse de ajuda para curar alguma doença, pouco importava se fosse rico, pobre ou remediado, o único recurso disponível era a benzedeira e os seus chás. O aumento do número de faculdades de Medicina, a construção de novos hospitais e a universalização do atendimento médico garantido pela Constituição de 1988, somados à popularização dos planos de saúde, que baixaram os custos da assistência médica, mudaram essa realidade.

Fiquei curioso e busquei descobrir, durante as conversas com as benzedeiiras, por que elas ainda estavam na ativa depois da popularização dos médicos, dos medicamentos e dos hospitais. O que descobri? Elas se reinventaram. Aliás, foram reinventadas pela necessidade. Durante a pandemia da Covid-19, no período que ainda não havia remédios, muito menos vacinas, disponíveis contra a doença, e todos estavam trancados dentro de casa temendo ser a próxima vítima do vírus,



muitos as procuravam, principalmente pessoas do interior, querendo saber o que exatamente estava acontecendo. Era o fim do mundo? As benzedeiros arrumaram um jeito de falar com esse pessoal sem ter contato físico, usando as novas tecnologias de comunicação. As pessoas queriam apenas ter alguém para conversar. Quando ouvi essa história, lembrei-me da minha mãe, dona Loni, que era benzedeira e vivia reclamando que as pessoas tinham ficado carentes e, durante o benzimento, estavam falando muito na hora da reza. A minha família é de Santa Cruz do Sul e mudou-se para Encruzilhada do Sul, na Serra do Sudoeste, um lugar muito frio. Quando eu era guri, na década de 50, de tempos em tempos alguém espalhava um boato de que o mundo ia acabar em tal dia. E até que o dia chegasse, as pessoas rezavam e procuravam no vasto horizonte do céu estrelado a tal bola de fogo que acabaria com tudo. Passado o dia marcado para o fim do mundo, alguém espalhava um novo boato. De que o mundo não tinha terminado porque um afamado curandeiro tinha feito uma reza muito forte. E que tal curandeiro estaria passando por determinado município em tal dia e hora para atender quem necessitasse.

Organizavam-se excursões para ir até o local onde o curandeiro iria atender. As pessoas viajavam na carroceria de caminhões, porque a maioria era pobre e não tinha dinheiro para pagar um ônibus. Fui levado por dona Loni em algumas destas excursões. Eu era muito gago e minha mãe tinha esperança que o curandeiro acabasse com a minha gagueira. Lembro-me que as famílias levavam galinha com farofa para almoçar. Este tipo de curandeiro não tinha nada a ver com as benzedeiros estabelecidas na região. Eles cobravam o atendimento, elas não. Muitos destes curandeiros acabaram se estabelecendo pelas cidades do interior. No início da década de 80, quando estava engatinhando na profissão de jornalista, fiz uma reportagem para a revista Fatos&Fotos, da Editora Bloch, com Piraju Nicola, que se estabeleceu em Caçapava do Sul, na região central do Rio Grande do Sul, e atendeu desde o início da década de 80 até 1997, quando faleceu. Ele era médium espiritualista, mas todos o chamavam de curandeiro. Lembro-me de ter conversado com religiosos



e psiquiatras sobre o que leva uma pessoa a sair pelo mundo em busca de um milagre para curar a sua doença. De tudo que ouvi, e não foi pouca coisa, guardei a seguinte frase: “É da natureza humana ir atrás de um milagre.”

Na seleção dos lugares que eu percorreria à procura de benzedeiros tentei me orientar pela formação religiosa da população local. Essa opção me levou às Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul. Ali, índios guaranis e padres jesuítas misturaram suas crenças nos Sete Povos das Missões, aldeamentos indígenas que floresceram a partir da primeira metade do século 17 e depois foram destruídos pelos exércitos de Portugal e Espanha na Guerra Guaranítica, entre 1753 e 1756. Estive na região da soja, norte do Estado, onde a população mistura a sua religiosidade trazida pelos avós da Europa com a dos indígenas caingangues e a das igrejas católica e luterana. Fui à fronteira com o Uruguai e a Argentina, que acrescenta um ingrediente muito arraigado a essa mistura, o espiritismo kardecista. A doutrina espírita sempre foi muito forte entre os militares brasileiros. E as fronteiras gaúchas com os países “castelhanos” são guarnecidas por muitas unidades das Forças Armadas. Daí a presença forte dos espíritas na região. Na região de Pelotas, Piratini e arredores, no sul do Estado, a mistura incorpora à religiosidade da população as crenças afro-brasileiras, principalmente a umbanda, trazidas pelos negros escravizados que trabalhavam nas charqueadas e, nos dias atuais, praticadas pelos seus descendentes que vivem em comunidades quilombolas. Há um personagem que também faz parte dessa mistura religiosa e que foi mencionado por todas benzedeiros com quem falei: o monge São João Maria D’Agostini. Sua história é a seguinte: em 1844, registrou-se na imigração, em Sorocaba (SP), o frei João Maria D’Agostini, Depois de desistir de tentar a vida religiosa franciscana no Piemonte, na Itália, ele mudou-se para o Brasil e começou a vagar pelos sertões, pregando as orações de São Francisco de Assis e ensinando os pobres a fazer chás de ervas. Tinha uma longa barba, trajava uma roupa humilde e não aceitava dormir dentro das casas das famílias que o acolhiam à noite, só no galpão. Durante um século, várias pessoas se



trajaram como São João Maria e saíram a pregar pelos sertões. Muitos arrebanharam seguidores que se envolveram em conflitos com as autoridades e foram reprimidos violentamente pelas forças policiais. Entre eles o Contestado (1912 a 1916), uma disputa por terras no oeste catarinense, e os Monges Barbudos, em Soledade (RS), em 1938.

Citei essa mistura religiosa por ter encontrado traços dela nas rezas das benzedadeiras. A maioria das benzedadeiras com quem falei considera as rezas e a maneira de benzer assuntos que dizem respeito somente a elas e àqueles que as procuram. Perguntei a um benzedor de bicheira de animais, na barranca do Rio Uruguai, fronteira com a Argentina, como era a oração que fazia para benzer o animal. Respondeu: “Não posso dizer porque quem me ensinou disse que eu não podia passar adiante o ensinamento.” Há outro assunto sobre o qual as benzedadeiras não gostam de falar com estranhos. Elas chamam de carrego, que seria uma carga de energia negativa que recebem depois de atender uma pessoa com problemas, principalmente emocionais. Lembrei-me que uma vez a minha mãe, dona Loni, me disse alguma coisa a respeito. É aquele tipo de assunto que “entra por uma orelha e sai pela outra”, como se dizia nos tempos das barulhentas máquinas de escrever nas redações com o ar denso pelas nuvens de fumaça de cigarro. Um assunto que não merecia atenção. Na época, não dei importância para a história do carrego. Disse para a benzedeira que minha mãe já tinha me falado sobre o assunto. Ela então concordou em explicar: “Nós temos orações que precisam ser feitas depois que atendemos uma pessoa, para evitar que o mal dela fique no nosso corpo. Chamamos isso de carrego.”

A história que escrevi é um grande perfil das benzedadeiras gaúchas. E também da participação delas em episódios da história. Fiquei preocupado em mostrar o cotidiano da vida delas. Uma me fez uma revelação que julgo ser apropriado comentar, sem identificá-la. Ela disse: “Fui procurada algumas vezes por pessoas que foram desenganadas pelo médico. Vinham em busca de um milagre. Vejo o desespero nos seus olhos. E não minto. Digo que posso ajudá-la a se preparar, rezando, para o que está vindo. Rezar acalma.”





SAO
SEV
SAO
Martinsiana
capa cardista
capitana
acadit
Mart
card

Ivanir Ivete da Silva

As benzedeadas e o renascimento da luta pela terra

Na madrugada de 4 de maio de 1978, a gritaria e o som de labaredas queimando tábuas de madeira acordaram a menina Ivanir Ivete da Silva, 13 anos. Ela morava em uma casa próxima à escola em que estudava, na reserva dos índios caingangues em Nonoai. Intrigada, levantou-se da cama, caminhou até a janela do quarto e quando olhou para fora tomou um susto: viu em chamas a sua escola, um pequeno chalé que no interior do Rio Grande do Sul é conhecido como brizoleta, porque vários deles foram construídos no governo de Leonel Brizola (1959-1963), do antigo PTB. Em uma coxilha próxima, Ivanir avistou o clarão do fogo que consumia outras três brizoletas. As quatro escolas serviam às famílias dos 3 mil agricultores que, desde os anos 60, viviam ilegalmente na reserva caingangue, uma área de 17 mil hectares. A menina não compreendeu o que estava acontecendo. E ninguém lhe explicou, porque os incêndios criaram uma grande confusão e as pessoas corriam desorientadas para todos os lados. Só veio a entender do que se tratava no clarear do dia, quando sua casa foi cercada por um grupo de índios armados e furiosos, exigindo que a família fosse embora. Os guerreiros caingangues eram liderados pelo jovem cacique Nelson Xangrê. Na época, Xangrê, que morreu em 2020, aos 74 anos, estava iniciando um movimento que tinha como objetivo retirar das 10 reservas indígenas gaú-



chas demarcadas pela União os intrusos lá colocados na mão grande pelo governo do Estado e várias prefeituras nos anos 50 e 60. Muitas, inclusive, como é o caso da Reserva Indígena da Serrinha, em Ronda Alta, tinham sido extintas pela ocupação ilegal dos colonos.

O confronto entre brancos e índios em Nonoai entrou para a história como o início do processo de “desintrusão” das áreas indígenas no Brasil, virando pauta da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e tornando-se lei na Constituição de 1988. A Guerra dos Miseráveis, como a imprensa batizou o confronto de Nonoai, durou quatro semanas. Durante o dia, as crianças e os velhos se escondiam nos matos, enquanto o casal esperava entrincheirado nos arredores das residências o ataque dos índios. Apesar de vigorar uma censura pesada à imprensa, imposta pelo regime militar que assumiu o poder no golpe de estado de 1964 (que se prolongou até 1985), o assunto virou manchete em todos os grandes jornais brasileiros e inclusive correspondentes estrangeiros foram ver de perto o conflito. Era o final da década de 70, e na maior parte do mundo o enfrentamento entre índios e colonos já tinha acontecido há muito tempo. Por que só agora estava ocorrendo no Brasil? Era a pergunta que os jornalistas estrangeiros faziam. Vou responder logo ali adiante a esta pergunta. Por enquanto, voltemos ao nosso personagem: a menina Ivanir. Foi no meio daquela correria que ela e um grupo de crianças escondidas no mato se deixaram levar pela curiosidade e, desobedecendo a ordem dos pais, foram até as escolas incendiadas para ver os escombros. À primeira vista não havia sobrado nada. Mas entre os destroços de uma delas encontraram, quase intacta, uma mesinha com a imagem de Nossa Senhora da Saúde. No modo de Ivanir de ver o mundo, tinha sido um milagre de Deus a preservação da imagem das chamas. Ela recolheu a santa e voltou para o seu esconderijo. Dias depois foi feito um acordo com o cacique Xangrê e os brancos receberam passe livre para abandonar a reserva.

A expulsão da reserva indígena trouxe o caos para as famílias de 3 mil agricultores. Sem ter para onde ir, eles formaram 30 acampamentos à beira das estradas da região. O governo do Estado



assumiu a responsabilidade sobre parte dos acampados e os enviou para assentamentos na fronteira sul com o Uruguai. Na época uma região tipicamente de pecuária extensiva e de lavouras de arroz, os colonos recém-chegados diversificaram a economia local, resultando em grande benefício para o comércio e a agricultura. O governo federal assumiu a sua parte e mandou um contingente expressivo de agricultores para povoar as novas fronteiras agrícolas, como foram chamadas as grandes extensões de terra escassamente povoadas no Centro-Oeste e no Norte do Brasil. Estes agricultores formaram as bases do que hoje chamamos de agronegócio. Restaram cerca de 200 famílias que haviam acampado em barracos de lona preta à beira da estrada que liga Ronda Alta a Passo Fundo, num lugar conhecido como Encruzilhada Natalino, no Planalto Médio. A família de Ivanir foi morar na casa de um parente. Aqui é o ponto de virada desta história. Lembram que eu falei que ia responder à pergunta dos correspondentes estrangeiros mais adiante no texto? Vou responder agora. O que aconteceu no Brasil foi que o golpe de 1964 congelou os conflitos sociais, especialmente na questão agrária, que era uma das linhas fortes de atuação do governo do presidente João Goulart (1919-1976), do antigo PTB, que foi deposto pelos militares. Os golpistas conseguiram congelar as disputas sociais. Mas não as extinguir. No final da década de 70, começou a decadência do regime, o que abriu espaço para a reorganização da sociedade e o afloramento das tensões sociais, entre elas a luta pela terra. Encruzilhada Natalino funcionou como uma espécie de forno, que descongelou todas as questões relacionadas à reforma agrária no território gaúcho. Ali nasceu a ideia embrionária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além do surgimento de líderes de várias tendências políticas que posteriormente brilharam no cenário nacional. Os religiosos ligados à Teologia da Libertação, definida como a opção da Igreja Católica pelos pobres, encontraram no acampamento um ambiente ideal para o seu trabalho de ajudar os colonos a montar suas organizações políticas e sociais. Também começou o resgate da agricultura cabocla e dos remédios naturais. A lista de novidades que apareceram e se consolidaram no dia a



dia dos gaúchos na Natalino é enorme. Citei as que considerei mais significativas. Oficialmente, a Natalino durou de 1979 até 1983.

O destino de Nossa Senhora da Saúde

Ivanir entrou para o MST, mas sempre conservou por perto a imagem de Nossa Senhora da Saúde, aquela resgatada na escola queimada. O plano dela era simples: conseguir uma porção de terra para a família. Não tinha nem ideia do que a vida havia reservado para ela. A avó materna, Cristiliana Lourenço Martins, era uma afamada benzedeira na região de Nonoai. Ivanir aprendeu a benzer ouvindo, atrás de uma porta, a avó atender as pessoas. Como manda a tradição, quando uma benzedeira vai abandonar a lida por qualquer motivo, geralmente velhice ou doença, ela escolhe uma pessoa para quem passará o dom e os seus conhecimentos. Ivanir tinha certeza que seria a escolhida. Não foi. Cristiliana preferiu Antônia, a tia Tunica, como era chamada por Ivanir. Que ficou decepcionada por não ter sido a escolhida. Por alguns anos, ela atendeu somente crianças e acabou pegando gosto pelo trabalho. Mas a vida tinha uma surpresa guardada para ela. Tia Tunica acabou trocando de religião e foi convencida a deixar de ser benzedeira. E passou o dom para Ivanir. Nas últimas duas décadas, ela se tornou uma benzedeira muito conhecida. Foi assentada nos programas de reforma agrária do governo federal na cidade de Hulha Negra, na fronteira sul com o Uruguai, no Assentamento da Palmeira, um dos 24 existentes no município, onde vivem 890 famílias. Os colonos começaram a ser assentados na região no final dos anos 70, quando explodiu o conflito entre indígenas e agricultores em Nonoai. Ela voltou a atender apenas crianças e ficou conhecida como Iva.

A alguns quilômetros da casa de Iva, percorrendo uma estradinha de chão batido, mora Vivaldina de Moraes, 82 anos, com o seu companheiro Aido Cardoso, 78. Ela é benzedeira. Foi





Vivaldina de Moraes

iniciada na lida pela sua mãe, Cecília Pinto Moraes, que era benzedeira e parteira num lugarejo chamado Taquara Grande, no oeste de Santa Catarina. Conta que certa vez a mãe estava fazendo um parto difícil e as coisas se complicaram. Ela virou-se para Vivaldina, que a auxiliava, e disse: “Faz as orações de benzimento”. Ela sabia as orações de ouvir a mãe. A partir dali nunca mais parou de benzer. Diz que começou a conhecer os sem-terra no acampamento da Fazenda Annoni, uma área de 9,3 mil hectares, à beira da estrada Ronda Alta a Passo Fundo, que foi ocupada por 1,5 mil famílias do MST em 1985. Depois que os acampados descobriram que ela era benzedeira, não pararam mais de procurá-la. Tinha dias que havia fila na porta da sua barraca de lona preta. O conhecimento das suas orações, ela reserva para si, um comportamento muito comum entre as benzedeadas antigas.

Depois da Annoni, dona Vivaldina migrou para outro acampamento do MST em Palmeira das Missões, cidade agroindustrial do norte gaúcho. Durante a nossa conversa, ela abriu a Bíblia, me mostrou uma fotografia do monge São João Maria, e perguntou: “Conhece?” Respondi que conhecia. Em 1981, eu e o repórter André Pereira escrevemos um livro sobre ele chamado *Monges Barbudos & O Massacre do Fundão*, a história de um conflito religioso que aconteceu no interior de Soledade nos anos 30. Resumindo, ele foi um homem santo que perambulou pelos sertões do Brasil e se tornou o protetor de um enorme contingente de benzedeadas. Não me lembro de ter me avistado com dona Vivaldina nos acampamentos do MST. Mas fui testemunha dos trabalhos das benzedeadas entre os acampados. As ações do MST na luta pela reforma agrária começaram nos anos 80, quando o regime militar ainda estava no poder. Oficialmente, até 1985, quando foi substituído pelos civis. Mas extraoficialmente perdurou até o início dos anos 90, graças ao que a imprensa chamou de “entulho autoritário”: leis e normas de exceção criadas pela ditadura que ainda estavam em vigor, mas também funcionários públicos e policiais (civis, militares e federais) que tinham sido formados durante o regime militar e que, por isso, não davam muita bola para os



ritos da Justiça e muito menos para os direitos humanos. Como diziam na época, depois da paulista: “Vão se queixar para o Papa.” Lembro-me que quando um acampamento de sem-terra era cercado instalava-se o horror entre os acampados. A primeira providência era reunir as crianças em um lugar seguro para evitar que fossem pisoteadas caso houvesse um enfrentamento com os policiais militares. Uma noite, na Annoni, a situação estava muito tensa. A polícia pressionava, os acampados resistiam e eu e outros jornalistas perambulávamos entre as barracas. Tive a minha atenção atraída por vozes de crianças. Caminhei em direção ao som e encontrei um monte delas sentadas ao redor de um fogo de chão enquanto eram benzidas por uma velha senhora, que murmurava as palavras. Nunca esqueci da cena. Durante os cercos, as crianças entravam em pânico. Em 2024, nos fins de semanas, durante as missas de domingo, Iva e Vivaldina se encontravam em uma pequena igreja do assentamento onde vivem. No altar da igreja está a imagem de Nossa Senhora da Saúde. Aquela que sobreviveu ao incêndio da escola em 4 de maio de 1978.





Frei Wilson Zanatta

As ervas medicinais do frei Zanatta

Houve um tempo no Rio Grande do Sul em que não havia uma farmácia em cada esquina. Elas eram raras e escassas e estavam concentradas nas grandes cidades. As famílias e as benzedeiças tinham as suas receitas e faziam os seus remédios usando ervas medicinais que encontravam nos arredores de suas casas. O resgate desse conhecimento é o principal objetivo de vida do frei Wilson Zanatta, 64 anos, que mora na comunidade Padre Josino, formada por freis franciscanos e capuchinhos, no interior do assentamento Conquista da Fronteira, município de Hulha Negra, na fronteira com o Uruguai. Zanatta nasceu em Camargo, cidade de 2,7 mil habitantes na região de Passo Fundo. Tem sete livros publicados sobre ervas. Em um deles, *O Poder Curativo da Guaçatonga*, relata como descobriu uma história sobre essa planta que é muito comum em todo o território nacional e que em algumas regiões também é conhecida como erva-de-lagarto e erva-de-bugre.

Vou resumir a conversa. Ele estava lendo um jornal enquanto aguardava a revisão do seu carro, em Bagé. Mas atento às conversas ao redor. O papo entre o seu Lucas e o seu João chamou a sua atenção. Seu Lucas contou que um cavalo de raça de um haras tinha sido picado por uma “cruzeira”, uma cobra muito venenosa, comum na fronteira, responsável por muitos acidentes fatais com animais de grande porte. Quando os veterinários chegaram para tratar o cavalo, o animal estava



prestes a morrer. Pouco ou nada adiantava fazer. Foi quando apareceu um caboclo chamado Sebastião, que disse: “Eu tenho um remédio bom para estes casos, posso salvar este rico cavalo.” Como o cavalo estava morrendo, todos concordaram em deixar o caboclo usar o seu remédio. Em meia hora, o animal começou a se recuperar. Histórias como essa circulam às dezenas, principalmente entre as pessoas idosas, pelo interior gaúcho. É a chamada tradição oral, usada como uma chave por frei Zanatta para abrir uma porta que lhe dá acesso a um conhecimento perdido no tempo. É assim que faz as suas pesquisas. Ele não inventou essa estratégia de trabalho. Ela existe há muito tempo e vem sendo usada por renomados pesquisadores em busca de conhecimentos esquecidos no tempo. Em outro livro de Zanatta, *Ervas Mediciniais — Remédios e receitas caseiras da sabedoria camponesa*, há um texto do frei Sérgio Görden, 68 anos, que traz uma importante informação sobre personagens que perambularam pelos sertões do Brasil através dos séculos pregando e ensinando aos agricultores sobre as plantas medicinais. Eram andarilhos para muitos. Mas para a maioria das famílias eram homens santos. Frei Sérgio inicia o seu relato falando sobre João Maria Damasceno, chamado pelo povo de “Dascena”. Cabelos longos, barba branca, ele não aceitava dormir e comer dentro de casa. Frei Sérgio lembra que, quando era menino, o andarilho pernoitou no galpão da casa da sua família. E a sua mãe, dona Jurema, o alimentou. Damasceno está enterrado no cemitério de Novo Barreiro, pequeno município agrícola nas proximidades de Palmeira das Missões. Estive em Novo Barreiro e falei com o professor e historiador Sandro Luiz Kolling, 55 anos, que escreveu um capítulo sobre o personagem. Esse andarilho talvez tenha sido o último monge São João Maria. Vou explicar. Por muitos anos, os moradores dos sertões do Brasil chamavam de São João Maria os andarilhos que pregavam o uso de ervas medicinais e rezavam orações para São Francisco. Há centenas de fotos do monge espalhadas pelo interior do país, principalmente nos estados do Sul. A história começou em 1844, escreveu frei Sérgio. Naquele ano, registrou-se na imigração, em São Paulo, vindo da Itália, o frei João Maria D’Agostini. Registros históricos informam que tentou seguir a vida religiosa dos



franciscanos no Piemonte, na Itália, mas desistiu para andar pelo mundo como missionário. Em 1981, no livro *Monges Barbudos & O Massacre do Fundão*, a história começa assim: “Em 1938, o monge São João Maria passou pelo Lagoão, uma região isolada e habitada por agricultores pobres no interior de Soledade. Ficou por lá um tempo, ensinando a população a fazer chás. Acabou nascendo ali um movimento messiânico que foi duramente massacrado pelas autoridades policiais. Em outros locais, em épocas diferentes, como a Guerra do Contestado, que aconteceu entre 1912 e 1916 no oeste de Santa Catarina, também existiu um personagem chamado São João Maria.”

Nos dias atuais é comum encontrar benzedeadas que trazem no meio das páginas da sua Bíblia uma foto do monge São João Maria. Contam que aprenderam com ele a fazer os remédios. As benzedeadas antigas faziam remédios, que chamavam de garrafadas ou xaropes, e eram distribuídos gratuitamente para os enfermos. As parteiras faziam fomentação, também conhecida como afomentação, que eram preparados usados para massagear a barriga da grávida caso a criança não estivesse na posição certa para nascer. Estive na casa onde Zanatta e Sérgio moram. Lá existe uma peça onde são guardados os estudos e as experiências com ervas medicinais. É muito interessante. Zanatta é capaz de falar um dia inteiro sobre uma plantinha. Além da questão técnica, ele sabe a história do chá na cultura popular e os ensinamentos sobre como deve ser colhido, preparado e bebido. E quais os males que cura.





Beatriz Machado de Oliveira

CAPÍTULO 3

Quem tem o dom da benzedura não pode virar as costas quando é procurado

Foi no final de um sábado que, vindo de Hulha Negra, na fronteira com o Uruguai, em direção a Porto Alegre, pernoitei no meio do caminho em Caçapava do Sul. Rodeada de coxilhas, a cidade é parte importante na cultura do gaúcho e preserva muito da maneira como as coisas eram antigamente no modo falar e em muitas crenças populares. Conta a história que por volta de 1777 era conhecida como Clareira dos Charruas, referência ao povo indígena que perambulava pelo Pampa, a extensa região de planícies cobertas por campos que se estende pelo Uruguai, o norte da Argentina e o sudoeste do Rio Grande do Sul. Na clareira foi erguido um acampamento militar que, em 1831, foi elevado à condição de vila e, mais tarde, deu origem à cidade. Em 1839, Caçapava foi a segunda capital farroupilha, a república criada pelos gaúchos que, na época, travavam uma guerra separatista contra o então Império do Brasil. O conflito durou 10 anos e ficou conhecido como Guerra dos Farrapos. Essa parte da história do município é contada em músicas como as apresentadas, em 2007, na 8ª Sentinela da Canção Nativa de Caçapava. Uma delas incluiu uma frase que virou sinônimo de resistência entre os gaúchos: “Caçapava não se entrega.”



A história de Caçapava não permite que um jornalista passe pela cidade sem fazer uma parada. Havia feito alguns contatos e deixado alinhavado um encontro com uma fonte que me indicaria uma benzedeira para uma conversa. Deu tudo errado com a fonte. Esse tipo de coisa acontece. O meu tempo era curto e então improvisei. Entrei em uma loja de autoatendimento de um posto de combustíveis. Minutos depois de estar acomodado em uma pequena mesa chegaram duas jovens e pegaram garrafas de água. O estabelecimento era pequeno e as jovens não tinham como não ouvir a pergunta que fiz para a funcionária do caixa da loja: “Conheces alguma benzedeira na cidade?” Antes da funcionária responder, uma das jovens se antecipou: “Conheço a dona Vera.” Na conversa que tivemos, elas contaram que eram estudantes dos cursos de Geologia e Engenharia Ambiental e Sanitária na Unipampa — Campus de Caçapava do Sul. Elas me explicaram como chegar à casa da dona Vera. Na manhã seguinte, segui as instruções e encontrei o local indicado. Perguntei a um comerciante das proximidades se era ali que morava a benzedeira Vera. Respondeu que não conhecia nenhuma Vera. Refiz o trajeto que haviam me indicado, acreditando ter cometido algum engano, como ter entrado numa rua errada. Acabei retornando ao mesmo lugar. Desta vez, bati na porta da casa que, pelas indicações, deveria ser a de dona Vera. Fui atendido por um senhor com uma cuia de chimarrão na mão. Ele disse que sim, ali morava uma benzedeira. Mas que não se chamava Vera. O homem da cuia se apresentou como João Miguel de Oliveira, 73 anos, caminhoneiro aposentado, casado com a benzedeira Beatriz Machado de Oliveira, 73. Assim que coloquei os olhos em dona Beatriz, vi uma pessoa que transmitia tranquilidade. Sentamos para conversar à mesa da cozinha, eu, o fotógrafo Emilio Pedroso, seu Miguel e dona Beatriz. Que também é conhecida como dona Vera. A primeira pergunta que fiz foi justamente para saber por que ela era chamada de dona Vera. Ela me contou que a sua mãe, Crecília Moraes Machado, queria que o nome dela fosse Vera. Mas o pai, Dorival Melo Machado, não concordou e colocou na certidão de nascimento o nome de Beatriz. Acrescentou: “Naquele tempo o pai dizia e estava dito.” Mesmo assim, durante toda a sua vida, ela tem usado os dois nomes.





Dona Beatriz e seu Miguel têm um casal de filhos, João Rodrigo e Elenita. Perguntei a ela qual tinha sido o período mais difícil na sua vida de benzedeira. Respondeu de maneira rápida e contundente. Afirmou que foi no início da pandemia de Covid — declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. Perguntei-lhe o motivo. Ela explicou que as pessoas não sabiam exatamente o que estava acontecendo. A única certeza que tinham é que havia uma doença que não tinha cura e estava matando. Queriam saber dela do que se tratava essa nova doença. “Eu não podia virar as costas para as pessoas que a vida inteira me procuraram para conversar”, lembrou. Dona Vera e seu Miguel estavam isolados em casa. Ela então teve a ideia de atender pelo telefone. A residência tem um antigo aparelho fixo. Alguns simplesmente passavam pela frente da sua casa, gritavam, e ela respondia sem abrir a porta. As pessoas não a procuravam em busca de um milagre ou coisa parecida. Só queria ouvir a palavra dela. E a todos que a procuravam, ela recomendava que rezassem e seguissem as orientações das autoridades. Em linhas gerais, as autoridades gaúchas seguiram as recomendações da OMS. Não foram uma nem duas, mas várias as vezes que ela me lembrou, durante a entrevista, que quem recebe o dom da benzedura não pode virar as costas quando é procurado. Perguntei de quem ela recebeu o dom. Disse que recebeu aos 19 anos de uma de suas irmãs, a Miguelina. Seus pais tiveram 12 filhos, cinco homens e sete mulheres. Eu quis saber como era a sua fé, e ela assim respondeu: “Sempre acreditei em Deus. Benzo com a palavra de Deus no meu coração, ajudando as pessoas como sempre haverei de ajudar. Não sou uma pessoa que vai pelo dinheiro. Sou uma pessoa que vai pela felicidade das pessoas. É um legado que tenho comigo. E a minha parte espiritual, não gosto de revelar para ninguém. Então, ela é mais revelada para mim na hora que estou trabalhando. A minha parte espiritual é bem sigilosa. Tá bom, meu amigo?”

Respondi que sim, que estava tudo bem. Lembrou que tinha iniciado a vida de benzedeira por volta de 1970. E que, na época, o mundo era completamente diferente de hoje. Pedi que fi-



zesse uma comparação entre os problemas das pessoas que a procuravam naquela época e as que buscam ajuda nos dias atuais. Ela esfregou levemente as mãos e respondeu que as pessoas mudaram. Mas não muito. Ainda persistem os males causados pela solidão, o nervosismo, a inveja e a maldade. Mas o mundo das crianças mudou muito, na sua opinião. Hoje, são mais nervosas, as dos anos 70 eram mais obedientes. São mais doentes que antigamente. Disse também que aumentou o número de pessoas drogadas que pedem ajuda para se livrar do vício. Confesso que parei em Caçapava pensando em encontrar uma benzedeira que falasse sobre o passado. Encontrei dona Vera, que fala sobre o tempo atual e o futuro. A visão dela do mundo sobrevive em um ambiente cheio de crenças populares, como é a cidade. No final dos anos 90 fiz várias entrevistas em Caçapava para uma reportagem que estava fazendo para o jornal Zero Hora. É o seguinte: há uma crença popular entre os gaúchos do interior do Estado de que, antes de morrer, fazendeiros, comerciantes e outros poderosos do tempo das revoluções escondiam os seus tesouros. E que, enquanto não entregarem para alguém a localização desses tesouros, as suas almas viverão penando. Então, eles aparecem nos sonhos das pessoas e indicam o lugar onde esconderam a fortuna. Fiz essa matéria por ter descoberto que um significativo número de gaúchos morre soterrado em buracos que abriram em busca de tesouros cuja localização alegam ter recebido em sonho. Essa crença ainda é muito forte no interior de Caçapava do Sul. Há muitas outras crenças populares entre as coxilhas e os vales que cercam a cidade. Ao me despedir de dona Vera e do seu Miguel perguntei a ela se alguém já havia se candidatado ao dom e substituí-la. Deu um sorrisinho e não disse nada. Lembrei-me então do que ela havia me dito. “A minha parte religiosa é bem sigilosa.”





Pajé Mariano Aguirre

Reza forte das missioneiras

Bem cedo de uma manhã do mês de fevereiro de 2024 eu estava dentro de um carro, percorrendo os 30 quilômetros da estrada de chão batido que liga o centro da cidade de São Miguel das Missões à aldeia Tekoa Koenju, uma área de 236 hectares também conhecida como Reserva Indígena Inhacape-tum, onde vivem 180 índios guaranis mbyá. Acompanhado pelo pesquisador e professor universitário José Roberto de Oliveira, 65 anos, estava indo conversar com o pajé Mariano Aguirre, 68 anos. E aqui vou parar a narrativa sobre Aguirre. Voltarei a falar sobre ele mais adiante. Agora, vou contar o que aconteceu no entardecer do dia anterior, quando, vindo de Porto Alegre, cheguei a Santo Ângelo e encontrei José Roberto na frente da catedral da cidade. A Catedral Angelopolitana, cuja construção se iniciou em 1929 e foi concluída em 1971, é uma homenagem aos Sete Povos das Missões, nome pelo qual ficaram conhecidos os sete aldeamentos de índios guaranis fundados no século 17 pelos jesuítas espanhóis no lado leste do Rio Uruguai, no então Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. Os Sete Povos das Missões foram destruídos na Guerra Guaranítica (1753 a 1756), quando os exércitos da Espanha e de Portugal, duas grandes potências militares na época, se uniram e atacaram os missioneiros. Mataram quem encontraram pela frente e destruíram os aldeamentos, as igrejas e as escolas. Mas não conseguiram eliminar o conhecimento que foi gerado na convivência entre índios e



jesuítas, que atravessou os séculos, chegou até os nossos dias e seguirá pelos séculos afora. Também não conseguiram apagar na cultura popular os heróis guaranis que surgiram nas batalhas, como o cacique Sepé Tiaraju, que avisou aos europeus: “Esta terra tem dono.”

Não foi ao acaso que conversei com o pesquisador no pátio da catedral. O lugar é uma síntese do que aconteceu na história das Missões. A nossa conversa foi sobre a influência da convivência entre jesuítas e guaranis para as benzedeadas que vivem nos dias atuais nas Missões. José Roberto tem vários trabalhos sobre a região, sendo que um deles é o livro *Pedido de Perdão ao Triunfo da Humanidade*, em que trata, em 232 páginas, da importância dos 160 anos (1609-1768) das missões jesuíticas guaranis para a humanidade. Ele cita 31 referências bibliográficas, entre elas *Gloria y tragedia de las Misiones Guaraníes — História de las Reduções Jesuíticas Durante los Siglos XVII y XVIII em Rio de La Plata*, de Silvio Palacios e Ena Zofoli, Ediciones Mensajero, 1991. Usando o linguajar atual, os jesuítas tinham o conhecimento tecnológico e a espiritualidade da Europa. Os guaranis, a sua crença e a compreensão das partes do mundo que não eram conhecidas pelos europeus. A fusão desses dois conhecimentos gerou o que chamamos de modo missionário de viver. É na cultura onde se encontra com mais facilidade as pegadas dos Sete Povos das Missões, como a Cruz Missionária, um símbolo de união mística e religiosa. Nas letras do payador Jayme Caetano Braun (1924-1999), na *Payada das Missões*, um dos versos diz o seguinte: “Tetraneto de cacique/ Bisneto de curandeira/ Trago um breve da parteira/ Dos ranchos de pau a pique/ Isso talvez justifique/ Essa imponência baguala/ Do cantor que quando fala/ Do sorsal que quando canta/ Brotam notas da garganta/ Que até o silêncio se cala”.

Cantores, compositores e músicos missionários são respeitados e admirados pelo Brasil afora. As músicas, a comida, os sítios arqueológicos atraem milhares de turistas. José Roberto lembra que as benzedeadas também têm a influência missionária na sua formação. E defende que elas tenham visibilidade dentro da cultura missionária. Pelas suas contas, existem em torno de 500 benzedores



nas Missões. Em 2004, ele articulou o Encontro de Rezadores, Benzedeadas e Mateiros (catadores de erva medicinais) e, em 2006, o Encontro Estadual das Benzedeadas. Conseguiu se articular com operadores de turismo de Gramado, para levar benzedeadas missioneiras para eventos na famosa cidade turística da Serra gaúcha.

Chegando à aldeia do pajé Aguirre

Depois da longa conversa com José Roberto, à noite, no hotel, lendo as minhas anotações, lembrei-me que as benzedeadas são respeitadas nas suas comunidades. Mas, por ouvirem os segredos mais íntimos das pessoas que as procuram, elas são pessoas discretas, que não atraem para si a atenção. Isso as tornam “pessoas invisíveis”. Portanto, dar visibilidade ao trabalho delas, como defende o pesquisador, é importante. Na manhã seguinte, passei na casa de José Roberto e saímos de Santo Ângelo rumo a São Miguel das Missões, 55 quilômetros por rodovias asfaltadas. Em São Miguel, rumamos por 30 quilômetros para o interior do município, por uma estrada de chão batido, em direção à aldeia do pajé Aguirre. Aqui retorno à minha narrativa sobre o pajé. Nas minhas andanças de repórter pelo mundo aprendi que os índios guaranis têm como costume não conversar sobre o seu modo de vida com pessoas de fora da sua tribo. Muito menos sobre assuntos envolvendo as suas crenças. O comportamento dos guaranis é muito semelhante ao dos yanomami, tribo que vive em Roraima, na fronteira com a Venezuela. Notei a semelhança nas duas oportunidades em que lá estive, fazendo reportagens sobre a invasão de garimpeiros. Se conversar com um guarani é complicado, imagine com o seu pajé, que é o guardião dos segredos da medicina e das orações da tribo. Nestas oportunidades, a prudência manda ficar alguns passos atrás de uma pessoa conhecida do pajé, que pedirá autorização para entrar no seu território. Há um bom tempo José Roberto conhece



Aguirre. Por isso, não tive problemas para entrar na aldeia. Ou seja, metade dos meus problemas estavam resolvidos. O restante era conseguir arrancar alguma coisa do pajé a respeito das benzedeadas. Primeiro, nos sentamos para conversar. Notei que o papo não avançava. Então o convidei para dar uma volta em um bosque próximo, para que me mostrasse as ervas medicinais. Caminhamos por uma meia hora. Eu apontava a planta e ele explicava qual era sua utilidade.

Depois de uma hora de conversa, comecei a enveredar para assuntos mais específicos. Perguntei-lhe onde tinha nascido. Respondeu que foi em Eldorado, cidade da província de Misiones, na Argentina. Pedi desculpas pela minha ignorância e perguntei qual era a função do pajé na tribo. Disse que era ouvir as pessoas quando o procuravam para tratar de alguma doença da alma. Ele fazia a oração e recomendava o chá. Acrescentou: “As doenças do corpo são cuidadas pelos médicos”. Aproveitei a deixa e perguntei qual era a doença mais comum da alma dos guaranis. Deu uma mexida na bomba na cuia do chimarrão e pela primeira vez durante a nossa conversa ficou sério. Senti que tinha avançado em um território proibido. O que ele falou durante uns cinco minutos eu vou resumir em poucas palavras. Disse: “É assunto nosso”. Já tinha recebido resposta semelhante de um cacique guarani quando escrevi uma reportagem sobre suicídios na tribo, em Dourados (MS). Não retruquei o pajé Aguirre. Lembrei-me das canções dos compositores missioneiros. Elas lembram que o guarani maltrapilho que sobrevive vendendo balaios descende dos construtores das catedrais dos Sete Povos das Missões, uma utopia destruída pelos exércitos de Portugal e Espanha.

Afamadas benzedeadas missioneiras

Acompanhado pelo pesquisador voltei para o centro da cidade. Nos arredores das ruínas de São Miguel das Missões mora Alzira de Oliveira Leite, 88 anos, afamada benzedeadora da região. Fui





Alzira de Oliveira Leite

apresentado a ela por José Roberto. Ela vive em uma casa pequena e confortável, onde mantém santos espalhados por todos os cantos. Na frente da casa há uma placa onde se lê: “Aqui! Benzedor(a).” Dona Alzira conta que, quando era menina, ajudava a sua mãe, Angelina, a fazer os partos. E o seu pai, Bernardino, a fazer o serviço de mateiro, pessoa que se embrenhava nos matos em busca de plantas medicinais para fazer chás. Perguntei por quem ela reza? Respondeu que reza pelo mundo inteiro. A maneira como dona Alzira fala transmite paz e segurança para quem a ouve. A sua voz é suave e muito intensa. Perguntei quem havia lhe transmitido o dom que a tornou benzedeira. Respondeu que foi a família e que teve uma grande e especial influência de Florentino da Costa Leite, o seu Florzinha, que foi um afamado benzedor e fazedor de remédios de ervas em São Miguel e que era irmão do seu marido, Dorcino da Costa Leite, 88 anos. Ela conta: “Como já disse, eu cresci vendo a mãe, o pai, o cunhado e outros parentes envolvidos com orações, partos e remédios caseiros. Não tinha como não seguir na mesma trilha.”

Perguntei-lhe qual era a sua religião. Disse que inicialmente era espírita. Mas, com o tempo, acabou misturando o espiritismo com os ensinamentos de outras religiões e com o saber sobre os chás dos guaranis. A essa altura da nossa conversa, ela assume um ar de professora e diz que a benzedeira precisa estar atenta para se proteger quando benze uma pessoa que está cercada por maus espíritos. Caso não se proteja, esses maus espíritos passam para ela. Chamou isso de “carrego”, carga negativa. Já tinha ouvido essa conversa sobre “carrego” de outras benzedadeiras. Acrescentou que é importante a benzedeira participar de novenas na Igreja Católica para fortalecer o seu espírito e evitar ficar vulnerável ao “carrego”. No meio da conversa, ela lembrou que foi convidada por José Roberto para participar de eventos em São Paulo (SP), Brasília (DF) e Gramado. Aceitou e foi. “Confesso que tinha medo de avião e fui de ônibus. Mas voltei de avião.” Disse que se sentiu muito bem sendo prestigiada por pessoas que nunca tinha visto na vida. Enquanto eu conversava com dona Alzira várias pessoas começaram a se acotovelar em uma salinha, à espera de serem



atendidas. Senti que estava na hora de terminar a entrevista. No final da nossa conversa, ouvi dela que antigamente as pessoas eram mais simples e tinham respeito pelo seu próximo, mesmo que não concordassem com as ideias dele. Hoje, acrescentou, as coisas estão mais complicadas, as pessoas não se respeitam mais.

Uma diferença que notei entre dona Alzira e outras benzedadeiras que entrevistei. Ela é muito ligada a tudo que acontece ao seu redor. Terminei a entrevista e José Roberto me levou até a casa da benzedeira Marlene Machado Cassiano, 64 anos. Ela é uma pessoa muito focada nos seus trabalhos de benzimento. Ainda menina, acompanhava a avó, dona Carlinda Cassiano, que era benzedeira. Ouvia as palavras e as orações que ela fazia quando estava benzendo. Aprendeu essas palavras da avó, de quem também recebeu o dom. Fala com orgulho que, quando esteve em Gramado, a fila de gente para se benzer se estendia até perder de vista. Ela não imaginava que isso fosse acontecer. Na sua opinião, esse reconhecimento que as benzedadeiras missioneiras estão tendo fora da sua região vai atrair gente nova para a tarefa de benzer. Lembrou que a sua família considera importante ela ser benzedeira. A inclusão das benzedadeiras na cultura missioneira é um passo muito importante rumo ao resgate delas perante a história. Antes de seguir viagem tive uma última conversa com José Roberto. Falamos sobre o futuro das benzedadeiras nas Missões.





Nadia Regina Gindri Mileto

CAPÍTULO 5

As rezas campeiras ajudam a manter a saúde mental

Soube pela historiadora e pesquisadora Elma Sant’Ana de uma interessante história sobre benzedeadas em Alegrete, cidade situada a 500 quilômetros de Porto Alegre, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul com a Argentina. Essa história se iniciou nos anos 80, a 2 mil quilômetros de Alegrete, na cidade mineira de Juiz de Fora. Na época, a jovem Nadia Regina Gindri Mileto fazia o cursinho preparatório para prestar vestibular na Faculdade de Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES). Um dos seus professores no cursinho era Paulo Delgado, cientista e sociólogo. Nadia cursou Psicologia de 1985 a 1990. Um dia, Delgado, que se elegeria deputado da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, foi à faculdade apresentar o esboço do seu projeto de reforma psiquiátrica do Brasil. Nos anos 80, o país estava se redemocratizando e o debate político era muito diversificado e forte, sendo que a reforma psiquiátrica era um dos temas mais populares e acirrados. O projeto de Delgado tramitou durante 12 anos e se transformou na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que popularmente ficou conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica, e implantou profundas mudanças no modo de tratar as perturbações mentais. Paulo Delgado, atualmente com 72 anos, foi deputado federal de 1987 a 2011.



Na década de 90, Nadia voltou para o Rio Grande do Sul e foi trabalhar como psicóloga da área de saúde mental da Prefeitura Municipal de Alegrete. Em 1998, ela montou a Associação de Usuários, Familiares e Militantes da Saúde Mental de Alegrete (Aufamisma). Na época, na 10ª Coordenadoria Regional da Saúde (CRS), da Secretaria Estadual da Saúde, que funciona em Alegrete, trabalhava Cira Terezinha Silva Lopes, formada em licenciatura de Ciências Físicas e Biológicas, especializada em Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) e Gestão em Saúde Pública. Ela é benzedeira, começou aos 13 anos, e demonstrando um grande orgulho costuma dizer: “Sou neta e filha de benzedeira”. Refere-se à avó Eudócia Oliveira Guedes e à mãe, Irene Guedes Silva. O encontro de Nadia e Cira resultou, em 2014, na criação do Projeto Fluir, que tem como meta promover a saúde física e mental usando métodos naturais. O Fluir é ligado à Aufamisma. Cira, atualmente com 66 anos, foi transferida, em 2013, para a 18ª CRS, em Osório, e se aposentou em 2015. Mora em Capão da Canoa, no Litoral Norte, e segue trabalhando na formação de benzedeiros. O Fluir hoje é formado por seis benzedeiros e quatro reikis — o terapeuta que usa uma técnica japonesa para transferir energia vital do Universo para pessoas, animais e plantas. Todos trabalham de maneira voluntária no projeto. Procurei e conversei com as benzedeiros do Fluir. A presença delas no projeto é muito importante porque fazem parte da cultura local. As benzedeiros são citadas em letras de músicas, em orações e nos causos que são contados nos galpões, ao redor do fogo de chão. São conhecidas como “benzedeiros da Campanha”. Alegrete fica na Campanha, uma vasta região de campos que se estende pela fronteira com o Uruguai e a Argentina e é o berço da tradicional pecuária do Rio Grande do Sul. Seus moradores são muito ligados às tradições gaúchas.

Nas últimas décadas, a Campanha passou por uma transformação muito grande. A pecuária extensiva, aquela que soltava o boi no pasto e depois de um tempo ia lá ver no que deu, desapareceu. Foi substituída pela pecuária de alta tecnologia, por cultivos de uva, lavouras de arroz de grande produtividade, plantações de soja e criação de cavalos de raça. Essa mudança fez diminuir





**Felipe Severo Geruntio e
Norma Machado Geruntio**

o número de pessoas que exercem muitas profissões centenárias, como os domadores de cavalos, os alambradores (que instalam cercas), os tosquiadores a martelo, os tropeiros e os peões de estância. Por conta da redução da oferta de trabalho para estes profissionais, eles vivem desempregados na periferia das cidades da região enfrentando todo tipo de problemas, principalmente doenças físicas e mentais causadas pela miséria e a solidão. É justamente num lugar como este, em Alegrete, que mora o casal Felipe Severo Geruntio, 59 anos, e Norma Machado Geruntio, 55. Eles têm quatro filhos e por um problema pessoal se aproximaram da Aufamisma. Não eram benzedores. Mas tinham benzedoras na família. A avó Felipa Chacas Severo era uma parteira e benzedora muito afamada na Campanha. Dona Norma lembrou que quando era menina ficava espiando pelas frestas das portas dona Felipa fazer os partos e as benzeduras. Em 2006, Felipe teve um AVC. O casal conversou sobre a situação e resolveu resgatar as ligações que a família tinha com as benzedoras. Recuperaram os conhecimentos de dona Felipa e começaram a benzer. Rezam para Nossa Senhora do Bom Parto, costume que herdaram de dona Felipa. Eles têm facilidade de entender os males que afligem os seus vizinhos por serem do mesmo meio. Sempre que notam que alguém anda com problemas, procuram a pessoa para benzê-la.

O dom e a vontade de dona Sônia

Sônia Meneghetti Simon, 82 anos, é uma pessoa muito espiritualizada que trabalha no Projeto Fluir. A história dela é muito interessante. Começa em 1941, quando nasceu em Porto Alegre. Lembra que era criança quando atravessou a Rua dos Andradas e comprou as cartas de um baralho cigano, usado pelos místicos para adivinhar o futuro. A mãe, Francisca de Oliveira Santos (1917-1986), perguntou-lhe o que ia fazer com as cartas. Respondeu: “Vou brincar.” Na verdade, ali





Sônia Meneghetti Simon

estava dando os primeiros passos rumo a uma nova vida espiritualizada. Esse modo de vida que ela escolheu foi muito influenciado pelo general do Exército Pedro de Oliveira Palma, que era irmão da sua mãe Francisca. Os dois eram seguidores e praticantes do Espiritismo Kardecista. Ainda menina, mudou-se com a família para Alegrete. Nos anos 60, conheceu Daniel Siqueira, casaram-se e tiveram duas filhas. Na década de 70, houve um desentendimento entre o casal causado por vários motivos, um deles a grande dedicação de Sônia ao aperfeiçoamento da sua vida espiritual. Benzedeira, sempre foi, é e será por muito tempo uma pessoa muito requisitada. Voltou a morar em Porto Alegre, onde ficou por duas décadas. Trabalhou na RBS com Ubirajara Valdez, o Bira Valdez (1953-2005), fazendo dublagem de comerciais. Reatou relações com Daniel e moraram um ano em Vacaria. Em 1996, eles voltaram a viver em Alegrete. Pelo acordo feito com o marido, ele não se meteria mais na vida espiritual dela. O acordo trouxe a paz para o casal. Ele faleceu em 2021, aos 89 anos.

Em 1997, dona Sônia fundou a Fraternidade Universalista Flor de Lis. Ela é a sacerdotisa e pratica todas as religiões que lidam com o bem-estar espiritual e mental das pessoas. Trabalha em parceria com a psicóloga Nadia, do Projeto Fluir. O acordo é o seguinte: Sônia atua como benzedeira no Fluir e Nadia exerce a sua profissão de psicóloga na Fraternidade, quando necessário. Conversei muito com dona Sônia sobre espiritualidade. Ela diz que o processo de se espiritualizar é permanente. É como subir uma longa escada. “É um degrau por vez, sem nunca parar”, compara. Ela diz que as pessoas espiritualizadas sofrem, porque ficam ligadas aos acontecimentos ao seu redor. E os acontecimentos ruins drenam a sua energia como se fosse uma lâmpada ligada a uma bateria. Essa drenagem de energia traz dor e sofrimento. “A gente sente e sabe que coisas ruins estão acontecendo e não podemos fazer nada”. Dona Sônia é uma pessoa bem-humorada, curiosa e de raciocínio rápido. A conversa com ela flui naturalmente. Nas vizinhanças da sua casa mora a sua colega Terezinha Marli Dutra Veloz, 62 anos. Ela também é uma das benzedeadoras do Projeto



Fluir. Perguntei a Terezinha como ela recebeu o dom. Contou que da sua mãe, dona Izolina, e que começou benzendo os filhos. Foi criando confiança e acabou se tornando popular na cidade. Disse que certa vez foi visitar uma amiga que estava hospitalizada. Deixou passar o meio-dia e foi até o hospital. Caminhava a passos largos pelo corredor rumo ao quarto da amiga quando passou diante de um quarto cuja porta estava parcialmente aberta e escutou um “psiu”. Foi ver do que se tratava. Era um conhecido que também estava internado e prestes a ter alta e ser mandado para casa. Achou que ele iria pedir uma carona. Não era nada disso. “Pedi para que o benzesse”. Ele insistiu e Terezinha acabou benzendo-o escondido. Não foi a primeira nem a única vez que ela benzeu escondido pessoas no hospital e no Centro de Atenção Psicossocial (Caps). Foram várias vezes.

Ela não benze escondido por opção sua. As pessoas pedem que seja discreta. Uma das explicações é que a maioria dos moradores de Alegrete, em especial os mais velhos, cresceu sendo levado pelos pais às benzedeadas. E quando se tornaram pais, levaram os seus filhos. Este procedimento faz parte da cultura gaúcha, em especial nas cidades da Campanha, berço do modo de vida dos gaúchos. Não existe uma lei que proíba uma pessoa de sair de um consultório médico e ir a uma benzedeadas, ou vice-versa. As benzedeadas tratam da fé, os médicos da ciência. É disso que se trata.





Cira Terezinha Silva Lopes

Resgate da prática popular de benzer

Uma semeadora de benzedoras. Não é exagero chamar assim Cira Terezinha Silva Lopes, 66 anos, que com orgulho diz: “Desde os 13 anos sou benzedora, filha de benzedora (Irene Guedes Silva) e neta de benzedora (Eudócia de Oliveira Guedes)”. Ela colocou em prática o Projeto Benza com Amor, que tem como objetivo resgatar e divulgar as benzeduras, ensinar a benzer e atualizar a atividade. Formada em licenciatura de Ciências Físicas e Biológicas, é especializada em Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) e Gestão em Saúde Pública. Em Alegrete, em 2014, ajudou a psicóloga Nadia Regina Gindri Mileto, 59 anos, a montar o Projeto Fluir, em que vários profissionais e benzedoras trabalham de maneira voluntária na saúde mental. O Fluir é ligado à Associação de Usuários, Familiares e Militantes da Saúde Mental de Alegrete (Aufamisma).

Em 2015, Cira aposentou-se na Secretaria Estadual da Saúde e ela e o marido, Francisco Josimo Dorneles Lopes, 70 anos, mudaram-se para Capão da Canoa, no Litoral Norte. Foi na beira do mar, na Praça da Santinha, como é conhecido o santuário com a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, Iemanjá nas religiões afro-brasileiras, que a encontrei pela primeira vez, rodeada por um grupo de umas 10 pessoas. Conversamos sobre o curso para benzedoras do Projeto Benze com



Amor. Tem aulas presenciais e online e, em média, dura uma semana. O projeto, diz Cira, “tem como objetivo promover, divulgar e resgatar as benzeduras como prática popular com o intuito de ensinar a benzer, despertando a fé que está dentro de nós, mantendo, assim, vivas as nossas raízes, crenças e tradições da ancestralidade.”

O curso é dividido em quatro unidades de aprendizado. A primeira é História/Cultura da Arte do Benzimento, que trata de religiosidade e espiritualidade, conexão com o divino, centros de energia (chakras), o que é benzimento e o poder dos quatro elementos (terra, fogo, água e ar). Também aborda os símbolos do benzimento: sinal da cruz, oração do sinal da cruz, o que é benzer, o que se pode benzer, horário e dia para benzer e a prática da benzedura bate-folhas. A segunda unidade de aprendizado trata dos elementos agregadores: mãos, tesouras, facas, sementes, barbantes, tecidos, brasas, velas, canetas, cruces de madeira e ervas. O que o benzedor deve saber: como começar a benzer, abertura do canal e o fechamento, números místicos, autobenzimento, estalar dos dedos, benzimento à distância, moeda de troca e prática da benzedura à distância. A terceira unidade ensina a ativação energética: oração, reza, intuição, como acender vela para o Anjo da Guarda, preparo para o benzedor, por que tampar o umbigo e o poder ritualístico na benzedura, forma de preparar o banho de ervas, compressas, inalação, vaporização, sachês, mandalas, spray, escalda-pés, simpatias, incensos, tinturas, garrafadas e a prática da benzedura com vela. A quarta e última unidade fala sobre limpezas ritualísticas: harmonia (casa, carro, escritório, trabalho), defumação, limpeza e proteção espiritual (qual o material, como preparar) e a prática da defumação.

Além de benzeadeira, Cira é pesquisadora da história dos benzimentos. Portanto, a pessoa certa para tirar dúvidas sobre o assunto. Argumentei com ela que tinha ouvido de várias benzeadeiras que, para se iniciar na lida dos benzimentos, é preciso ter recebido o dom de outra benzeadeira. Dito isso, perguntei a ela se o curso transmitia o dom.





Donaldo Marcos França Júnior

Ela respondeu de maneira muito didática, dizendo o seguinte: “As benzedeiiras identificam se uma pessoa tem as condições necessárias para despertar o dom e a ajudam nesta tarefa. O curso ajuda as pessoas com condições de despertar o dom, mas não sabem, estão adormecidas. Às vezes, dezenas começam o curso e apenas um pequeno número termina. E, destes, menos da metade se inicia como benzedor.” Ela acrescenta: “Vou deixar aqui o benzimento que aprendi com minha avó. Isso ainda muito jovem. É a benção para o quebranto. ‘Eu te benzo do ar, do sol. Ar da água, ar da lua, ar arejado, do quebranto, da inveja, mau-olhado com dois te botaram, com três eu te curo, em nome de Deus e da Virgem Maria’. Rezar três vezes, durante três dias com brasa. Em um copo com água, uma tesoura e três brasas. Vai fazendo o sinal da cruz no corpo da pessoa e coloca a brasa no copo com água. Se for ao fundo está com quebranto.”

O despertar de um benzedor

O professor de educação física e treinador de basquete Donaldo Marcos França Júnior, 67 anos, aposentou-se em 2012. Natural da cidade de Rio Grande, no Litoral Sul, a sua família tem uma longa tradição em benzimentos. “Fui criado dentro de uma casa de médiuns espíritas. Estamos na quarta geração de benzedores”, explica. Houve uma época que Cira se reunia com seus alunos do curso na Praça Flávio Boianowski, na área central de Capão da Canoa. E foi lá que os dois se encontraram. Donaldo começou a ajudar no curso. Ele disse que ali começou o seu renascimento no benzimento. Aos poucos, foi aumentando o seu envolvimento. A primeira vez que conversei com ele foi em abril de 2024, na Praça da Santinha, onde Cira estava reunida com o pessoal do curso de benzimento. Senti que estava conversando com uma pessoa que havia se redescoberto e estava contente. Com grande entusiasmo, contou que está usando o telefone celular para atender pessoas de longe que o procuram.



Na ocasião, falamos sobre qualidade de vida. Fui lembrado por ele que isso inclui o bem-estar mental. Atualmente, está sendo iniciado por Cira na radiestesia e na radiônica. Ela explica que a radiestesia é uma técnica que usa instrumentos para medir e detectar campos energéticos. E baseia-se na ideia de que é possível perceber o que está além dos sentidos. A radiônica é a ciência ou arte capaz de trabalhar tais energias de forma a equilibrá-las e harmonizá-las. Acrescentando: “Com esses gráficos, montamos as Mesas Radiônicas, onde podemos tratar várias situações. Todas as áreas da vida, saúde, trabalho e outros ambientes.” O professor não só voltou ao mundo dos benzedores como resolveu dar mais um passo à frente.





Eva Prates Rodríguez

CAPÍTULO 7

As benzedeadas do monge São João Maria em Soledade

Erguida a 723 metros acima do nível do mar, no topo da Serra do Botucaraí, em 1875, a cidade de Soledade tem muitas histórias esquecidas que só sobrevivem na memória dos mais velhos. Estive lá em busca de uma dessas histórias. No caso, a história da benzedeadas mais antiga na cidade. Uma senhora muito simpática e atenciosa disse-me que era a dona Eva. E recomendou: “Se tiver dificuldade, pergunta onde fica a casa da mãe do Pé de Bruxa, todos sabem”. Achei estranho o nome. Mas realmente todos sabiam onde dona Eva morava, uma casa simples e confortável em uma rua estreita na periferia de Soledade. Aguardei para ser recebido acomodado em uma cadeira no pátio, um espaço pequeno e muito bem cuidado. Lá já esperava a sua vez de ser atendido Adelar Rodrigues, 50 anos, afilhado da dona Eva e proprietário de uma pequena chácara. Perguntei-lhe sobre a história do Pé de Bruxa. Ele respondeu: “É o filho dela, recebeu o apelido por ser bom de bola.” Deixei para esclarecer a história mais tarde, a minha prioridade era entrevistar dona Eva. O nome dela é Eva Prates Rodrigues, tem 95 anos, é mãe de cinco filhos, quatro estão vivos.

A nossa conversa foi tranquila. Dona Eva nasceu em 1929, em Tunas, no interior de Soledade, que na época era um lugarejo perdido no meio do nada. Hoje é um pequeno município agrícola. Os



seus pais, Joventina e Francisco, eram pessoas que trabalhavam de sol a sol para alimentar a família. “Não sei como eles aprenderam. Mas rezavam o terço todos os dias”, contou dona Eva. Perguntei-lhe como recebeu o dom para ser benzedeira. Ela explicou: “Certa vez, eu ainda era criança, apareceu lá na nossa casa um casal de Porto Alegre que estava viajando pelo interior. Perguntaram para 12 gurias o que elas fariam se recebessem o dom para ser benzedeira. Eu respondi que faria o bem sem perguntar a quem. Eles gostaram da minha resposta e fui escolhida para receber o dom.”

Ela não lembra de mais detalhes sobre o casal. Mas eu já tinha ouvido história semelhante contada por moradores da região. Quando dona Eva era criança, pelo lugar onde a família dela morava perambulavam muitos religiosos por conta de um episódio que aconteceu entre 1937 e 1938. Na época, passou por lá um andarilho a quem todos chamavam de monge São João Maria, que percorria os rincões ensinando aos agricultores orações e como fazer chás de ervas. A sua passagem acabou desencadeando um movimento messiânico que envolveu mais de 2 mil agricultores pobres. Foram violentamente reprimidos pelas autoridades. A história deste conflito é contada no livro *Monges Barbudos & O Massacre do Fundão*, publicado em 1981. Em diferentes épocas, pelos rincões do Brasil, apareceram figuras que eram chamadas pelos moradores de São João Maria. De fato, houve um primeiro. Em 1844, registrou-se na imigração, em São Paulo, vindo da Itália, um certo frei João Maria D’Agostini. Relatos históricos informam que tentou seguir a vida religiosa dos franciscanos no Piemonte, Itália, mas desistiu para andar pelo mundo como missionário. Dona Eva era uma menina na época do episódio do monge São João Maria no interior de Soledade. Perguntei a ela se durante a sua infância tinha ouvido a história do monge. Disse que não se lembra. Mas que lhe ensinaram as orações deixadas por ele. Percorri os quatro cantos do Rio Grande do Sul falando com benzedeiros. As de idade mais avançada, como é o caso de dona Eva, contam as histórias de São João Maria e o têm como um santo protetor das benzedeiros. Na maior parte do tempo em que conversamos, ela repetiu muitas vezes que a pessoa tem de fazer o bem ao seu próximo. Não



perguntei nada para ela a respeito do seu filho, o Pé de Bruxa, ou Antônio Irineu Prates Rodrigues, 55 anos. Fui procurá-lo e tivemos uma agradável conversa. Ele disse que o apelido surgiu entre os seus amigos e os torcedores. Foi atacante e chegou a fazer teste no Internacional, de Porto Alegre, em 1984. A respeito da sua mãe, afirmou o seguinte: “Desde que me conheço por gente, ela benze as pessoas.” Dona Eva é uma mulher de voz mansa, mas firme, que reza as orações com convicção.

Dona Mocinha é a alegria da criançada

Em Soledade, ninguém sabe onde mora Brandina Samuel de Oliveira. Mas se perguntar pela dona Mocinha, a maioria aponta o dedo em direção a sua casa. Aos 88 anos, mãe de oito filhos, um falecido, ela não é conhecida na cidade apenas por ser “uma benzedeira de mão cheia”. Mas porque, há 40 anos, recolhe doações e organiza o Natal da Dona Mocinha, quando são distribuídos brinquedos, doces e outros presentes para as crianças. A nossa conversa começou pelo Natal da Dona Mocinha. Que é concorrido, chega a contar com a participação de até 200 pessoas. Ela me contou a história de como nasceu a ideia do evento: “Os meus pais, Rodolfo e Maria Cândida, tiveram 17 filhos. O pai, no Natal, não tinha dinheiro para nos comprar brinquedos. Então, comprava caramelos e os quebrava em duas e até três partes e dava um pedacinho para cada filho. Era uma ocasião muito esperada e especial para nós. Se eu me concentrar, até hoje posso imaginar o gosto que sentia na boca com aquele pedacinho de doce.” Ela disse que se comprometeu consigo mesma que um dia faria uma festa de Natal para as crianças. Além do Natal, organiza festas na Páscoa e no Dia da Criança. Outra lembrança que guarda do pai com carinho é a seriedade com que ele falava dos ensinamentos que tinha aprendido com o monge São João Maria. A sua mãe, Maria Cândida, lhe ensinou a benzer durante as tempestades. Uma das orações ela repete sempre que enxerga um temporal se formando



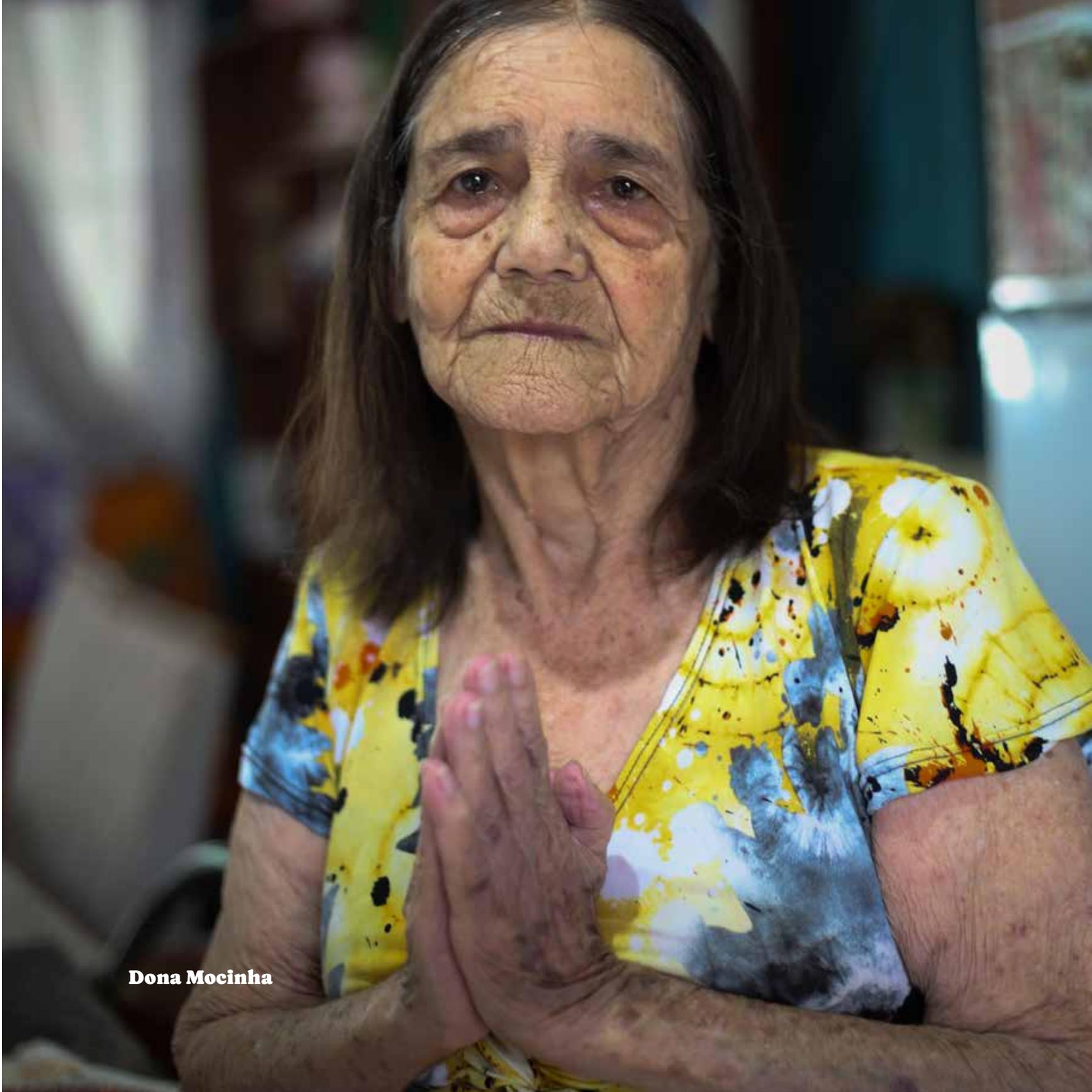
no horizonte. Ela diz: “Foi assim que a falecida mãe me ensinou. Santo Antônio pequenino, levantou-se e se vestiu, se calçou e no seu caminho encontrou Nossa Senhora. Ela perguntou: ‘Antônio, por onde vai?’ Ele respondeu: ‘Vou pelo mundo abrandar os raios, corisco, tempestade e o vento forte. Que não faça mal a mim e nem a ninguém, com o poder de Jesus, amém.’”

Dona Mocinha não esconde a emoção quando fala das suas lembranças. Perguntei como se sentia depois de benzer uma pessoa. Ela respondeu: “Na maioria dos casos muito cansada.” Já tinha ouvido resposta semelhante de outras benzedeadas. Aproveitei a oportunidade e indaguei porque as benzedeadas simplesmente não param de trabalhar quando chegam a uma idade avançada. Ela deu um sorrisinho e respondeu: “O que nós fizemos não é trabalho. É uma obrigação que temos, de ajudar, que nos foi confiada com o dom que recebemos de Deus.” Dona Mocinha começou a trabalhar como benzedeadas nos anos 1950. Nesse tempo todo, muitas coisas mudaram no mundo. Perguntei se ela tinha se adaptado a essas mudanças. Ela me olhou e respondeu de uma maneira que senti que não tinha gostado da pergunta. A resposta dela, eu a interpretei assim: as coisas mudaram, mas as pessoas continuam nos procurando com os mesmos problemas. A nossa conversa durou quase duas horas. O seu rosto se iluminava sempre que lhe perguntava alguma coisa relacionada às crianças. Existe um elo que une todas as benzedeadas que entrevistei. É o compromisso que têm em fazer o bem, por terem recebido o dom.

As doenças das benzedeadas

Sai da casa da dona Mocinha e rumo para a cidade de Lagoão, que se emancipou de Soledade em abril de 1988. São 60 quilômetros entre os dois municípios por uma estrada de chão cheia de pedras, buracos e curvas perigosas. A primeira vez que passei por aquela estrada foi em 1979, quando





Dona Mocinha

iniciava na profissão de repórter. Na época, Lagoão ainda era um distrito de Soledade e fazia parte do Fundão, como era descrita a região onde existiam vários povoados de agricultores pobres, entre eles Tunas, onde viveu a família da benzedeira Eva, mãe do Pé de Bruxa. No Fundão não havia infraestrutura, em especial os serviços de saúde, escolas e estradas. Nos casos de emergência médica, era preciso percorrer 60 quilômetros até o centro de Soledade de carroça ou a cavalo, uma viagem de no mínimo dois dias. Era neste cenário que a então jovem mãe Maria Geni Nunes da Silva, que morava em uma pequena casa no Lagoão, se desesperava quando os filhos começavam a arder de febre. Quarenta anos depois, dona Maria Geni, atualmente com 68 anos, sentada na varanda da sua casa nos arredores da área central de Lagoão, enche os olhos de lágrimas quando conta a história de como se tornou benzedeira. Foi assim, ela diz: “Quando as crianças adoeciam e começavam a chorar de dor e arder em febre, eu me abraçava nelas e começava a implorar para Deus e o São João Maria que tirassem a doença deles”. Acrescenta: “Ninguém me ensinou as orações e as súplicas, elas vinham à minha cabeça na hora que estava implorando pela vida dos filhos.” Esclarece: “Na época, não havia médicos aqui no Lagoão ou qualquer outro recurso.” Maria Geni era casada com Miguel Arderi da Silva, que faleceu aos 59 anos. O casal teve 10 filhos.

A fama de dona Maria Geni de benzedeira de mão cheia, como dizem pelo interior gaúcho, logo se espalhou por todos os cantos do Fundão. No princípio, os agricultores levavam os filhos doentes para serem benzidos. Aos poucos, também os adultos começaram a se benzer. Ela recorda: “Foram 40 anos trabalhando de sol a sol como benzedeira. A minha casa vivia sempre cheia de gente, principalmente de crianças.” Na última década, aos poucos, o sorriso foi desaparecendo do rosto de dona Maria Geni. Começou a se queixar de dores. No começo, achou que fosse consequência de não ter feito direito o “descarrego”, uma expressão herdada das religiões afro-brasileiras que se refere aos banhos de purificação ou de descarga espiritual, que têm como objetivo limpar o corpo astral de fluidos negativos (ódio, nervosismo e outros sentimentos ruins). As benzedeadas





Maria Geni Nunes da Silva

acreditam que depois de atender uma pessoa que é vítima de olho grande (inveja) ou qualquer outro sentimento negativo é necessário rezar para evitar que o mal que curaram se aloje em seus corpos. Para descobrir o que estava lhe causando as dores, ela tomou o caminho que todas as benzedeadas tomam: foi consultar um médico. Nos dias atuais já existe serviço médico no Lagoão. Descobriu que os seus males são as doenças trazidas pela idade, como dores na coluna. Perguntei se, devido os seus problemas médicos, ia seguir benzendo. Ela respondeu: “Não tenho mais energia para benzer pessoas adultas, elas são muito carregadas. Mas posso continuar benzendo as crianças. Deus me deu o dom e vou continuar cumprindo com a minha obrigação até quando puder”. Indaguei para quem ia passar o dom quando não pudesse mais benzer. Deu um sorrisinho e disse: “Para a minha filha mais nova, a Eva de Lurdes, que mora em Santa Rita (Região Metropolitana de Porto Alegre). Ela tem o dom, só não sabe que tem”.

Uma sensitiva no rastro de destruição deixado pela Covid

Depois da conversa com dona Maria Geni voltei aos 60 quilômetros da estrada que liga Lagoão a Soledade. No início da viagem, começou a cair uma forte chuva que piorou as já péssimas condições do trecho. A estrada é tão ruim como era em 1979, quando passei por ela pela primeira vez. Não cheguei a entrar na parte central da cidade. Antes, rumei para oeste, em direção a Espumoso. A poucos metros da divisa entre os dois municípios, em um lugar chamado Margem São Bento, mora a benzedeadora Maria Inêz Morais Freitag, 68 anos. Ela é casada com Valdemar dos Santos Freitag, 74 anos, com quem tem um casal de filhos. Seu Valdemar é o encarregado de manter tudo funcionando na pequena propriedade rural onde vive o casal. Dona Maria Inêz atende duas vezes por semana (terças-feiras e sábados) as pessoas que a procuram para serem benzidas. Uma boa





Maria Inêz Morais Freitag

parte dessas pessoas começou a procurar a sua ajuda durante a pandemia de Covid (2020 e 2021). Ela não atendia presencialmente. Mas pelo telefone. E deixava na porteira os xaropes de ervas medicinais que fazia contra a depressão. Ela é sensitiva, o que significa que pode ser afetada pela energia de outra pessoa. Ouvi dela uma frase que acredito que não esquecerei por um longo tempo. Ela disse: “É triste ver o que vai acontecer com a pessoa e não poder fazer nenhuma interferência”.

Maria Inêz diz que se tornou benzedeira seguindo as instruções de mensagens espirituais que recebia. “Foi assim que descobri que tinha o dom para ser benzedeira e que se não o exercesse começaria a ter problemas com a saúde.” Embora fique muito cansada durante as sessões de benzimento, ela diz que quanto mais trabalha, mais feliz fica. “É um cansaço confortador”, acrescenta. Ninguém sabe com exatidão o número de benzedeiros que existem em Soledade e nos municípios ao redor. Mas com certeza são muitas, e a maioria em atividade. A região foi povoada por índios, africanos, alemães, italianos e espanhóis. Da mistura dessas culturas resultou um lugar muito especial e cheio de lendas. Não por outro motivo que São João Maria passou por ali.



O goleiro que virou benzedor

Nos anos 50, na cidade de Palmeira das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul, o mato nativo ainda era denso e por lá perambulavam indígenas, negros e alguns colonos que tinham migrado de São Leopoldo, no Vale do Sinos, em busca de terra barata. Eram chamados de caboclos, que no caso significava pessoas pobres que viviam do que conseguiam tirar do mato, principalmente a erva-mate usada no chimarrão, que tinha bom preço no comércio. Entre os moradores da região, em um lugar conhecido por Linha Biriva, vivia o casal Alcides Santiago e Ibraima Jesus de Oliveira. Tiveram sete filhos, entre eles Valter José e Hamilton Roque, o caçula da família. O tempo passou e os matos de Palmeira das Missões foram substituídos por lavouras de soja até onde a vista alcança, como dizem os agricultores. Em 2024, eu estava no interior de Novo Barreiro, pequena cidade da região de Palmeira, sentado diante de um prestigiado benzedor, Valter José de Oliveira Santiago, 68 anos, conhecido como Nego Valter, o irmão do Hamilton. Perguntei quem havia lhe passado o dom de benzer. E ele me contou uma história. “Eu e o meu irmão Hamilton sempre fomos muito amigos. Ele tinha problemas de saúde desde criança. Eu ficava desesperado quando ele começava a chorar de dor. Então, o abraçava e rezava para Nossa Senhora Aparecida. De quem sempre fui devoto. Benzia o meu irmão escondido. E foi assim pela vida afora. Sempre moramos perto e trabalhamos juntos na roça.”





Valter José de Oliveira Santiago

Os dois irmãos eram adolescentes quando a família foi levada pela onda migratória de gaúchos em busca de melhores condições de vida no oeste de Santa Catarina e do Paraná. Foi lá que ele ganhou o apelido de Nego Valter. Era goleiro do Arará, time de futebol de Linha Sede Marina, na região de Dionísio Cerqueira, cidade catarinense que faz fronteira com a Argentina e divisa com Barracão, no Paraná. Certa vez, o time foi jogar em Guaraciaba, cidade a 50 quilômetros ao sul de Dionísio Cerqueira. Logo que chegaram ao campo de futebol, Valter ficou meio desconfiado, porque todos o vinham cumprimentar. Curioso, perguntou a um jogador do time adversário o que estava acontecendo. A resposta que recebeu ele guarda com carinho até hoje: “Ele me disse que o negro do time era sempre o melhor jogador”. Na época, a maioria da população local era de colonos descendentes de italianos e alemães. Contou a história para os seus colegas de time, que começaram a chamá-lo de Nego Valter com o intuito de avisar os adversários que tinham o melhor goleiro da região. Ele gostou da história. Perguntei se era bom goleiro. Respondeu dando uma risadinha: “Todos dizia que dava para o gasto”. Nas décadas de 80 e 90 houve um enorme desenvolvimento da indústria de calçados do Vale do Sinos. Em busca de mão de obra, as empresas calçadistas contratavam gente para percorrer as zonas de agricultores pobres recrutando trabalhadores. A busca se iniciava pelo Alto Uruguai e se estendia pelo oeste catarinense e paraense. Foi em uma dessas ocasiões que Valter se juntou a um grupo de adolescentes da região de Dionísio Cerqueira e foi trabalhar em uma fábrica de calçados em Saporanga, no Vale do Sinos. O seu irmão Hamilton não migrou com ele. Continuou morando e plantando fumo na região de Barracão (PR).

No retorno ao Rio Grande do Sul, Valter trabalhou durante 12 anos nas fábricas de calçados de Saporanga. Depois mudou-se para Eldorado do Sul, na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde permaneceu por mais três anos. O seu pai faleceu e, por conta disso, voltou para o Paraná. Foi morar na cidade de Flor da Serra do Sul. Indaguei se durante o tempo em que foi goleiro, agricultor e operário de fábrica de sapatos ele continuou benzendo. Respondeu: “Sempre que um vizinho,



um colega de trabalho ou mesmo alguém que nunca tivesse visto antes vinha em busca de um benzeimento, eu benzia. E, olha, tinha muita gente doente.” Aqui é importante contextualizar o que disse o benzedor. As décadas de 70 e 80 mudaram o perfil das doenças que afligiam agricultores, trabalhadores rurais e operários da indústria calçadista. Na agricultura, as lavouras de soja foram implantadas e substituíram as roças de subsistência que até então eram praticadas em grande volume no Rio Grande do Sul e no oeste de Santa Catarina e do Paraná. A soja exigia o uso de agrotóxicos em larga escala para combater as pragas. Os venenos agrícolas não eram regulamentados e produtos proibidos em outros países, como os Estados Unidos, acabavam sendo desovados pelos fabricantes nas lavouras do Sul do Brasil. Acrescenta-se a isso o fato de que poucos sabiam como manusear o produto e fazer a aplicação de maneira correta e segura. Em consequência, a cada safra centenas de pessoas acabavam nos hospitais. Muitos morriam e um elevado número sofria intoxicação e tinha dores constantes de cabeça e de estômago. Até a chegada dos venenos agrícolas, os agricultores e trabalhadores rurais morriam de mordida de cobra, acidente com maquinário agrícola e outras doenças. Com a soja, começaram a morrer envenenados por agrotóxicos. Nas fábricas de sapato, com o embalo das exportações, passou a se produzir quantidades cada vez maiores de calçados usando, na maioria das vezes, o mesmo espaço físico. O que resultou na intoxicação de muitos operários pelos produtos químicos usados na fabricação dos sapatos, especialmente a cola. Muita gente foi parar no hospital. Na época, eu trabalhava em redação de jornal e fiz dezenas de reportagens sobre estes dois assuntos, que eram assíduos frequentadores das manchetes dos noticiários. A situação só entrou nos eixos no início da década de 90.

Portanto, quando Valter disse que tinha muita gente doente, realmente tinha, e a maioria eram justamente os trabalhadores na agricultura e nas fábricas de sapatos. Perguntei-lhe o que tinha acontecido com o seu irmão Hamilton, que plantava fumo em Barracão (PR). Ele tirou os óculos e respirou com profundidade antes de responder: “Morreu uns cinco anos atrás, aos 42 anos. Deixou



a mulher e os filhos. Ele não era só um irmão. Era meu amigo, parceiro e a pessoa que me fez descobrir que eu tinha o dom de benzer.” Há uma década, Valter foi convidado por um amigo para morar e cuidar de uma pequena propriedade agrícola no interior de Novo Barreiro. Aceitou e mudou-se para lá na companhia da mulher, a dona Maria. Em menos de um ano, espalhou-se na região a notícia que um afamado benzedor estava morando nas redondezas. Aos poucos, começaram a procurá-lo. E, aos poucos, ele foi fazendo da lida de benzedor a sua principal ocupação. Além das rezas e dos chás, compartilha com os que o procuram a experiência que tem da vida.

Valter diz que quando conversa com as pessoas que o procuram para serem benzidas sente a dor que as levou até ele. “Muitas vezes, o caso não é para benzimento. Apenas querem falar, desabafar, serem ouvidos. E, no final, receber uma palavra de apoio”. Diz que todas as pessoas que o procuram com doenças físicas, ele as encaminha para os médicos. Lembra que tem muitos dias na semana que benze até o sol se pôr. A conversa com Valter foi diferente das que tive com outros benzedores. Ao contrário de muitos com quem falei, ele é uma pessoa expansiva, que se envolve em muitas atividades e, portanto, tem experiência em como as coisas acontecem no dia a dia daqueles que o procuram. Na saída, perguntei se ainda jogava de goleiro. Respondeu: “Estou muito velho e agora uso óculos.”





Florentina dos Santos Marques

CAPÍTULO 9

As rezas das barrancas do Rio Uruguai na Terra dos Presidentes

Remexi na caixa dos meus jornais antigos e fiz uma busca na internet à procura de nomes de benzedeiros afamadas em São Borja, cidade a 586 quilômetros a oeste de Porto Alegre, na fronteira com a Argentina. Foi durante essas buscas que encontrei no Caderno Doc, suplemento encartado no jornal Zero Hora (ZH), de Porto Alegre, uma reportagem de Aline Custódio, com fotos do Mateus Bruxel. Com o título “A herdeira do Senhor Monge”, contava a história de uma benzedeira chamada Florentina dos Santos Marques, conhecida como dona Florzinha, 80 anos, que vivia reclusa, cultuando e espalhando o legado do Santo Monge, que, procedente da Argentina, se estabeleceu na cidade por um tempo. Liguei para Aline para saber como a história de Florentina tinha ido parar nas suas mãos. Disse que havia dado uma palestra sobre reportagem para o Primeira Pauta, um programa criado pela ZH para garimpar novos talentos no jornalismo, e um dos participantes tinha feito sugestões de pautas sobre histórias interessantes da cidade. O estudante, no caso, foi Matheus Bernardes, 28 anos, que se formou em Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus de São Borja.



Liguei para Matheus e conversamos. Ele lembrou que fez cinco sugestões, entre elas a da dona Florentina. Pedi para que ligasse para a professora do curso de Jornalismo da Unipampa Adriana Duval, 51 anos. Tive uma agradável surpresa. A professora trabalha em dois projetos no Campus de São Borja. O Série Memória são trabalhos de conclusão de curso (TCC) que se transformam em livros-reportagem sobre a história e pessoas de São Borja. O TCC de Matheus foi sobre o cantor Mário Barbará — precursor de uma carreira de sucesso. Transformou-se no livro *Mário Barbará — trajetória de um artista*. Outro projeto é o Crônica da Cidade, que é publicado há mais de uma década no jornal Folha de São Borja. Já foram publicados mais de 900 artigos sobre pessoas pitorescas da cidade. Estes dois projetos da Faculdade de Jornalismo da Unipampa, Campus de São Borja, são fundamentais para evitar que essas histórias simplesmente desapareçam. Não existem números disponíveis. Mas anualmente há muitos casos cujas testemunhas e os próprios autores morrem e suas histórias não ficam registradas em nenhum lugar. As andanças de dona Florentina estão preservadas. Parte importante delas na reportagem da Aline, que esteve na casa da benzedeira em 2018. Eu cheguei à porta dela levado pela professora Adriana, no início de julho de 2024. Parece que o tempo parou por ali. A maioria das coisas continua igual como foram descritas por Aline. Todo tipo de plantas rodeia a pequena casa. Os cômodos estão abarrotados de oferendas ao Santo Monge, principalmente fitas de várias cores. Como manda a tradição dos rituais das benzedeiros, eu beijei a mão de dona Florentina, pedindo licença para entrar na residência. Quando pedi a sua bênção, ela me olhou com surpresa. Ali percebeu que eu conhecia os rituais. A minha mãe, dona Loni, que morreu com 92 anos, foi benzedeira por mais de meio século e estava muito fragilizada pelo Alzheimer que a acometeu quando tinha 86 anos. Pela mão, a benzedeira me levou para uma sala atulhada de fitas e outras oferendas ao monge. Começou a rezar baixinho, fechou os olhos e precisei me curvar para colocar o ouvido o mais próximo possível dos seus lábios, tentando escutar os seus murmúrios. Ouvi quando me perguntou: “Preocupado com a mãe?” Respondi que sim. Ela



disse: “Não sofre, logo ela vai descansar”. Três semanas depois da nossa conversa, na manhã de uma quarta-feira, a mãe faleceu no Hospital Ernesto Dornelles, em Porto Alegre. Lembro-me de ter dito aos meus irmãos que lamentavam a morte da mãe: “Ela descansou”.

Sou um velho repórter estradeiro que há mais de 40 anos percorre as estradas dos sertões brasileiros e dos países vizinhos fazendo reportagens. Muitas vezes, nestas viagens, cruzei com coisas estranhas, que por serem estranhas devem ficar na estrada. Portanto, não vou esmiuçar a minha conversa com dona Florentina. Ela despertou para o dom do benzimento na década de 80, depois que o seu marido, grande amor e companheiro por mais de 30 anos, o carpinteiro Marçal Marques, teve um AVC. Gastou todas as economias da família com a doença do marido. Poucas coisas restaram, entre elas uma foto de tamanho médio e formato ovalado do Santo Monge, que foi presente de casamento dado pela sua sogra, dona Guilhermina. Foi neste momento que viu que tinha o dom de benzer e nasceu a crença no monge. A respeito desta figura, a repórter Aline o descreveu da seguinte maneira em ZH: “Juan Manuel Baptista era um caminhante, segundo consta, oriundo da Índia e que se comunicava perfeitamente em espanhol”. Ele andava entre o Brasil e a Argentina. Existe outra história a respeito de andarilhos que andavam pelos sertões pregando e eram considerados homens santos. Um deles foi o monge São João Maria. A sua história começou em 1844, quando chegou ao Brasil, vindo da Itália, e registrou-se em Sorocaba, São Paulo, como frei João Maria D’Agostini. Durante muitos anos, vários andarilhos vagaram pelos sertões pregando e ensinando o uso das ervas medicinais que eram chamados de monge São João Maria. Esse personagem tem grande influência entre as benzedeadas de Soledade, nas cidades do Alto Uruguai e no oeste de Santa Catarina. Não sabemos se existe uma ligação entre as histórias de São João Maria e do monge Juan Manuel. Mas são histórias bem semelhantes.

Rodando pelo Rio Grande do Sul, conversando com benzedeadas, aprendi que elas têm uma crença que não está aberta a debates. Acreditam nos seus santos, nos seus chás, nas suas orações e



que têm a obrigação de fazer o bem porque ganharam o dom de benzer. Dona Florentina é assim. Seja colocando as cartas ou benzendo, ela faz o bem sem olhar a quem, uma frase que ouvi dezenas de vezes das benzedadeiras.

Doutor Júlio, o benzedor da família do presidente Getúlio Vargas e dos necessitados

No final da década de 1940, perambulava pelas ruas de São Borja um jovem magro e muito alto, 2m3cm, chamado Júlio Brocardo. Bem-falante, articulado, inteligente e muito simpático, não teve dificuldades para se tornar popular quando começou a benzer. Logo ficou famoso e alguém, que até hoje ninguém sabe quem, o apelidou de Doutor Júlio. Nos dias menos concorridos, se formavam na porta da sua casa filas com mais de 100 pessoas esperando para serem atendidas. A popularidade do Doutor Júlio começou não só a incomodar como tirar clientes dos médicos da cidade. Eles implicavam com o apelido de “doutor”. Ele dizia que nada podia fazer, porque era assim que o povo o chamava. Além da fama de ser bom benzedor, não cobrava um centavo pelo atendimento. Entre os seus clientes estava Protásio Dornelles Vargas (1877-1969), irmão do então presidente da República Getúlio Vargas (1882-1954). De certa maneira, a amizade do Doutor Júlio com a família Vargas era o único escudo que tinha contra a bronca dos médicos com o seu apelido e a sua atividade. O benzedor era casado com Felipa, uma das filhas de Faustino Gonçalves Magalhães e de dona Ernestina.

A pressão dos médicos contra o Doutor Júlio acabou batendo na porta da casa da família Vargas. Preocupado com o bem-estar do amigo, Protásio o procurou com uma proposta de emprego que tinha como objetivo tirá-lo da cidade até que as coisas esfriassem. Ele era formado em eletrotécnica e o emprego oferecido era cuidar dos geradores que abasteciam





Doutor Júlio

de eletricidade o Palácio do Catete, sede da Presidência da República, no Rio de Janeiro, na época a capital federal do Brasil. Doutor Júlio mudou-se então para o Rio acompanhado da esposa, Felipa, e das quatro filhas. Se desse tudo certo, Protásio conseguiria uma licença para o benzedor trabalhar em São Borja. Nada saiu como o planejado, lembra uma das filhas do Doutor Júlio, Denize Brocardo, 60 anos, consultora ambiental. Ela diz que houve um desentendimento entre o seu pai e Gregório Fortunato (1900-1962), o chefe da guarda pessoal do presidente Vargas, que também era conhecido como “Anjo Negro” devido o seu porte atlético. Um homem poderoso no governo Vargas. Em razão do desentendimento, Doutor Júlio e a família foram enviados para uma fazenda de propriedade da União em Goiás. Na época, o governo Vargas iniciava um programa de povoamento das regiões escassamente habitadas do país. Temia-se que fossem invadidas por estrangeiros. No primeiro ano, a família inteira contraiu malária, uma doença transmitida pela picada da fêmea de mosquitos infectados por protozoários. O governo mandou um avião Douglas DC-3 resgatar a família em Goiás e levá-la para Santo Ângelo, interior do Rio Grande do Sul. Doutor Júlio e as filhas se recuperam da malária. Felipa não resistiu e faleceu. O benzedor então distribuiu as filhas pelas casas dos parentes, sendo que uma das meninas tinha poucos meses. O sogro, seu Faustino, mandou chamá-lo para uma conversa. Explicou que uma das irmãs de Felipa, Roberta, estava com o enxoval pronto para casar. Namorava um dos seus vizinhos, Dolce de Andrade, uma pessoa de quem Faustino não gostava porque bebia e apostava nas carreiras de cavalo em cancha reta. A proposta era que o Doutor se casasse com Roberta, que cuidaria das quatro meninas, e tudo ficaria em família. Em julho de 2024, eu conversei com dona Roberta, 90 anos. Ela recordou a conversa que teve com o pai na ocasião: “Ele me chamou e explicou o que iria acontecer. Eu casaria com o meu cunhado, cuidaria das filhas da minha irmã. Naquele tempo, a gente não discutia com o pai. Ouvia tudo de cabeça baixa e fazia o que era mandado.”





Erany Molina das Chagas

Em 1953, Doutor Júlio iniciava uma nova vida em São Borja. No ano seguinte, no Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954, o presidente Vargas se suicidou com um tiro de revólver no peito. Um dos motivos do suicídio foi a desestabilização do seu governo pelo atentado da Rua Tonelero, ocorrido no dia 5 de agosto, contra o jornalista Carlos Lacerda, um adversário feroz de Vargas. Lacerda escapou com vida. Mas morreu o major da Força Aérea Rubens Florentino Vaz. Gregório foi condenado a 25 anos de cadeia por ter sido o mandante do atentado. Em 1962, ele foi assassinado na Penitenciária Frei Caneca, no Rio de Janeiro, pelo presidiário Feliciano Emiliano Damas. Mesmo com a morte de Vargas, a família continuava politicamente muito forte na fronteira. Doutor Júlio voltou a atender em São Borja e logo recomeçou a gritaria dos médicos. Roberta virou chibeira, pequena contrabandista. Comprava víveres na Argentina, do outro lado do Rio Uruguai, e os revendia em São Borja. Uma amiga sua, Iolanda, esposa do prefeito da época, Florêncio Aquino Guimarães, se surpreendeu ao encontrá-la trabalhando como chibeira. Roberta lembrou o seguinte: “Ela me perguntou por qual motivo estava fazendo chibo quando, na frente da minha casa, tinha filas e filas de pessoas esperando para serem atendidas pelo meu marido”. E acrescentou: “Respondi que ele não cobrava de ninguém e que eu precisava de dinheiro para alimentar os filhos e para as outras necessidades da casa.” Iolanda conseguiu um emprego para dona Roberta, que foi ser chefe da lavanderia da Escola Agrícola Vereador Vargas, um internato. Doutor Júlio era um homem totalmente dedicado a sua fé. Dona Roberta criou as quatro filhas da irmã Felipa. E ela e o marido ainda tiveram outros quatro filhos, dois meninos e duas meninas. Denize é uma delas. A maneira como o benzedor atendia era exclusiva. Primeiro, ouvia sobre os males que afligiam a pessoa que estava sendo benzida. Depois se retirava. Não sem antes avisar: “Não me chamem, eu não posso voltar.” Voltava e dizia com precisão o que deveria ser feito para passar a dor. “Acertava na maioria das vezes”, recordou a filha Denize. Falei com dois clientes dele daquela época. Tânia Amaral Ferreira, 72 anos, disse que, em 1968,



mudou-se de São Nicolau, pequena cidade agrícola do noroeste gaúcho, para São Borja, para trabalhar de doméstica e chibeira. Teve quatro filhos que cresceram sendo benzidos pelo Doutor Júlio. A outra pessoa com quem falei foi Vicente de Paulo Gonçalves dos Santos, 91 anos, o seu Negrinho, um pioneiro dono de um pequeno restaurante especializado em peixes no Passo, localidade às margens do Rio Uruguai. Ele me disse o seguinte: “Conheci o Doutor Júlio e o seu trabalho. Um homem de grande respeito e devoção pelo benzimento.”

O suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, adiou um golpe de estado que estava sendo articulado. Mas não conseguiu evitá-lo. As conspirações seguiram e os inimigos do Doutor Júlio se organizaram e tornaram a sua vida um inferno. Em 1963, ele atravessou o Rio Uruguai e se hospedou por muitas semanas na casa de um amigo em Santo Tomé, na Argentina, esperando que os seus adversários se acalmassem em São Borja. Assim que poeira baixava, ele voltava para a cidade e reiniciava os benzimentos. Em 1964, quando os militares deram o golpe e derrubaram o presidente João Goulart, o Jango do antigo PTB, também natural de São Borja (que por isso é conhecida como Terra dos Presidentes), o ambiente ficou muito tumultuado para o Doutor Júlio. Ele voltou para a casa dos amigos na Argentina. Ficou neste vaivém até 1972, quando ficou doente. Em 1973, aos 62 anos, faleceu. Deixando um imenso legado de respeito para a sua família.





Rossini Rodrigues e a Santa Profana de São Borja

A Santa Profana de São Borja e as benzedeiros missionárias

Uma conversa com a benzedeira Erany Molina das Chagas, 73 anos, ajuda a encontrar ligações entre fatos que na história de São Borja parecem ser isolados. Mas não são. Vamos conectá-los. Ainda menina, aos 12 anos, dona Erany sentiu que era diferente das outras crianças. Não sabia explicar o motivo pelo qual se julgava diferente. Foi descobrir mais tarde, quando tinha 15 anos e trabalhava como costureira. Ela sofreu um acidente de carro e machucou uma das pernas. Ficou um bom tempo se recuperando. E acabou descobrindo que tinha o dom das benzedeiros. Primeiro, começou a praticar nos oito irmãos. Depois, se tornando benzedeira da vizinhança. Acabou virando uma referência da cidade.

Há quatro anos, sua vida mudou de rumo. Ela sofreu um AVC. Recordou: “Tive sorte de não ficar com sequelas. Mas o médico me recomendou diminuir o ritmo de trabalho e tomar mais cuidado com a saúde.” Ela diminuiu drasticamente o número de pessoas que atende. O seu maior orgulho é nunca ter cobrado de ninguém. Disse que durante a sua doença se agarrou ao seu santo protetor, São Jorge, e à Santa Profana. Comentou: “Ela é muito boa para casos de doenças. Socorreu-me várias vezes, uma delas quando tive uma infecção renal.” Claro, dona Erany não é a única devota da



Santa Profana. Os seus devotos estão entre a maioria dos moradores da região de São Borja. Não tem como falar sobre assuntos religiosos na região sem citar o caso da Santa Profana, que é um elo importante na história da cidade. A mais popular das versões conta que tudo começou durante a Guerra do Paraguai (1864 a 1870). O conflito eclodiu quando tropas do general Francisco Solano López (1827-1870), presidente do Paraguai, invadiram São Borja, que foi uma das reduções missioneiras, como ficaram conhecidos os aldeamentos indígenas criados pelos jesuítas entre os séculos 17 e 18 no que hoje é o noroeste do Rio Grande do Sul. Saquearam tudo que encontraram pela frente e mataram muitas pessoas. Em resposta, Brasil, Uruguai e Argentina formaram a Tríplice Aliança para combater o exército paraguaio. Terminada a guerra, o governo brasileiro organizou o deslocamento de pessoas para repovoar São Borja. Entre os novos moradores estava uma jovem conhecida como Maria do Carmo Fagundes, vinda de Bagé. Segundo a descrição da época, ela era vaidosa, morena e de cabelos longos. Consta na versão que a cada dia estava acompanhada por um novo amante militar. Aos 26 anos, em 27 de agosto de 1890, participou da sua última festa. Estava no meio de uma turma de militares se divertindo, dando risadas, enquanto um ex-amante ciumento insistia em conversar. Ele acabou matando-a a facadas, esquartejando-a e dando suas carnes para os cachorros. Os seus restos foram encontrados em um banhado, onde foi cravada uma cruz. Nos anos seguintes, a devoção aumentou entre o povo da região e ela ficou conhecida pelos seguintes nomes: Santa Profana Missioneira, Santa Prostituta e Pomba Gira das Missões. O nome mais usado entre os seus devotos é simplesmente Santa Profana.

O artista plástico Rossini Rodrigues, 58 anos, conta uma lenda que ouviu sobre a construção da sepultura da Santa Profana: “O coronel Serafim Dornelles Vargas, primo do presidente da República, Getúlio Vargas, fazia uma viagem de navio e caiu no mar com um grande livro que era usado pelo Exército para anotar a contabilidade. Ele ficou muitas horas à deriva, agarrado no livro. Consta que fez uma promessa. Caso se salvasse, construiria um túmulo para a Santa Profana.”



O coronel chegou à praia boiando, agarrado no livro. Se existe ligação entre a lenda que Rossini ouviu e a construção do túmulo é uma outra história. O fato é que o artista plástico se perfila entre os devotos mais fervorosos da Santa Profana. Ele é o autor da estátua de 1m90cm de altura que faz parte do santuário. De tempos em tempos, limpa o santuário e leva presentes por graças alcançadas, como perfumes, doces e bebidas. A devoção à Santa Profana é uma tradição da família de Rodrigues. Rafael, 28 anos, um dos seus filhos, disse o seguinte: “Herdei do pai a profissão e a devoção pela santa.”

Ando desde os anos 70 pelas Missões fazendo reportagens. Aprendi que a tradição oral na região é muito forte. E a maioria das histórias é ligada a manifestações religiosas da população. Dentro deste contexto é sempre bom procurar onde as narrativas se encaixam. Houve uma época, na década de 70, que o patrimônio histórico das reduções sofreu um violento ataque de saqueadores que destruíram as ruínas em busca de supostos tesouros dos jesuítas. Uma lenda que de tempos em tempos é ressuscitada. Ouvi de um velho padre jesuíta um comentário que creio que nunca esquecerei. Ele disse: “O tesouro que os padres e os índios deixaram aqui não tem nada a ver com ouro ou qualquer outro valor monetário. Tem a ver com a convivência harmoniosa e a fé em Deus.” Neste mundo de harmonia, tudo tem ligação. A conversa da dona Erany me fez lembrar deste fato.





Carlos Cardinal de Oliveira

Garruchos é uma terra semeada pela fé dos missioneiros

Garruchos é uma cidade por onde circulam personagens e histórias que não estão nos livros. Essas histórias e esses personagens são uma herança cultural e religiosa dos Sete Povos das Missões, como ficaram conhecidos os sete aldeamentos de índios guaranis fundados por padres jesuítas espanhóis no século 17 no que é hoje o noroeste do Rio Grande do Sul, e que foram destruídos por tropas portuguesas e espanholas na Guerra Guaranítica (1753 a 1756). Há uma pilha de argumentos que explicam os motivos pelos quais a herança missioneira sobrevive à flor da pele em Garruchos. Dois são significativos. O primeiro é que o lugar ficou muito tempo isolado, emancipando-se do município de São Borja apenas em 1992. O segundo é que os “troncos velhos”, como são chamados os moradores mais antigos, ao contrário do que aconteceu em outras localidades da região nos anos 80, não migraram em massa atrás de empregos nas indústrias calçadistas do Vale do Sinos. Continuaram por lá. Garruchos fica na fronteira com a Argentina.

Antes de ir a Garruchos em busca de benzedeiros tive longas conversas com o veterinário Carlos Cardinal de Oliveira, que durante 50 dos seus 74 anos de vida ocupou vários cargos na administração pública, seja no executivo ou no parlamento. Atualmente, ele se dedica a pesquisar e resgatar os per-



sonagens e as histórias da região de Garruchos. Os seus pais, Leoveral de Souza Oliveira e Vivaldina Cardinal, a dona Vica, como era conhecida na cidade, eram proprietários da Fazenda do Barrero. E justamente no galpão dessa propriedade havia um fogo de chão onde se aqueciam viajantes, peões e outras pessoas que por lá passavam e contavam as suas histórias. Uma delas, Cardinal transformou em um poema que foi musicado pela família de Pedro Ortaça, um famoso músico missioneiro. Intitulada Chico Capinchó, a canção foi inspirada em um acordo que havia entre as prefeituras navais da Argentina e do Brasil. Pelo acordo, um dia navegava pelo Rio Uruguai, que separa os dois países, uma chalana, um barco de fundo plano, pilotada por um brasileiro, e no outro, por um argentino. O piloto brasileiro se chamava Francisco Nunes, que ficou conhecido como *Chico Capinchó* por ser um excelente nadador, um pescador de mão cheia e um baita contador de causos. Também circulou e ainda circula por lá a história de um médico e botânico francês que perambulou pela região. Trata-se de Aimé Bonpland (1773-1858). Ele fez duas viagens às Américas pesquisando plantas, animais e realizando vários estudos. A primeira foi entre 1799 a 1804. A segunda se iniciou em 1816, quando pesquisou e organizou a produção de erva-mate. Em 1821, Bonpland foi sequestrado e preso pelas autoridades paraguaias, que defendiam a sua exclusividade no comércio da erva-mate. Ficou 10 anos na cadeia e quando foi solto, em 1831, mudou-se para São Borja, às margens do Rio Uruguai. Morreu na Argentina em 1858. A maneira como é contada a história do pesquisador francês a faz parecer um enredo de novela da Globo.

Perguntei a Cardinal o motivo de existirem tantas benzedeadas em Garruchos. Ele disse: “Olhe para o formato do rosto e a pele das pessoas que transitam pelas ruas. O que se vê? Traços indígenas muito fortes. Assim como a religiosidade das pessoas.” Ele lembra: “Esta terra foi preparada pelos jesuítas e pelos guaranis para brotar a religião e assim tem sido através dos séculos.” Estive no interior do município, mais precisamente na Fazenda dos Pereira, num lugar chamado São José Velho. Em uma sala da propriedade há uma escultura de Santa Bárbara. Ela tem mais de 300 anos e foi esculpida



nas reduções jesuíticas, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Era tradição na família Pereira que a escultura ficasse sob a responsabilidade do filho mais velho. Em 2024, conversei com dona Leda Godoi, que estava cuidando da escultura até que fosse concluído o inventário da família Pereira. Ela disse que a imagem pertencia a uma capela que existia por ali. Muitas histórias semelhantes circulam pela região. Uma das mais antigas benzedeadas da cidade foi dona Araci Clara Machado, falecida em 2019, aos 109 anos. “Faltava um dia para completar 110 anos”, disse a vizinha da benzedead, Marli Nunes, dona de uma pequena empresa de salgados. Ela contou que, mesmo já não tendo mais forças físicas, dona Araci insistia em continuar benzendo. “Eu a ajudava a arrumar o oratório e deixava as coisas preparadas para o benzimento”, recordou Marli. Indaguei por que ela não tinha virado benzedead. Respondeu que não tem vocação. Nos dias seguintes, percorri a cidade e o interior de Garruchos conversando com benzedeadas. Muito interessante. Jamais imaginei que encontraria uma benzedead motoqueira. Pois encontrei uma.

Dona Vica, a benzedead motoqueira

Confesso que fiquei surpreso quando comecei a conversar com a benzedead Eloisa Vieira Gamarra, 66 anos, a dona Vica, em Manjerona, um lugarejo no interior de Garruchos. Ao lado de um pequeno oratório com imagens dos santos da devoção estava estacionada uma moto. Perguntei a ela: “É dos filhos?” Dona Vica é mãe de três meninas e um menino. Respondeu: “Não, é minha”. E acrescentou: “Uso há mais de 20 anos para me movimentar pela região, aqui é tudo longe e difícil”. Foi uma grande surpresa encontrar uma benzedead motoqueira nas barracas do Rio Uruguai. Por curiosidade, indaguei de onde tinha saindo o seu apelido de Vica. Ele contou a história. Disse que foi criada pelos avós, Pedro Antônio Vieira e Anália Mangelo, que a registraram no cartório como filha. O casal tem mais





Eloisa Vieira Gamarra

seis filhos. E como ela era muito magrinha e pequenina, a apelidaram de Curuvica, uma palavra usada na região para descrever algo pequeno e frágil. Daí o apelido evoluiu para Vica.

Quebrado o gelo inicial da conversa, começamos a falar sobre a sua lida de benzedeira. Ela conta que não recebeu o dom de ninguém. Costuma dizer que “foi Deus quem me ensinou”. Começou benzendo tempestades, como é chamada a prática de fazer orações para acalmar as tormentas. A região é plana e com frequência é atingida por raios e varrida por fortes ventos. Entender o clima é fundamental para não acabar se complicando e ser surpreendido por um temporal quando estiver em campo aberto. Este é um dos motivos de ter ensinado os quatro filhos a benzer tempestades. “Benzo rezando para Santa Bárbara e São Jerônimo”. Ela diz o seguinte: “O clima está mudando porque destruíram as vertentes de água e os matos. Sobra apenas um campo pelado por onde as tempestades passam varrendo tudo que encontram pela frente.”

Dona Vica também benze os animais e as pessoas. Disse que está muito preocupada, porque depois da pandemia de Covid o comportamento de muita gente mudou. Passaram a ser mais desconfiados, demonstram nervosismo e ficam calados. Por ter moto, ela seguidamente é chamada para benzer pessoas em casa. “Fico surpresa de ver tanta gente bem de vida que mudou o seu comportamento por causa da Covid”, diz. No seu modo de ver a vida, o “povo perdeu a fé”. Deixou-se vencer pelo medo, acrescenta. Ao contrário da maioria das benzedeiros com quem falei, dona Vica é bem mais observadora das coisas que acontecem ao seu redor. Um dos motivos é que roda de moto pela região toda. E sempre que é solicitada, conversa e troca ideias com quem a procura. “Olha, tem dias que o motor da moto não esfria de tanto que rodo por aí atendendo as pessoas, os animais e benzendo tempestades”, acrescenta. Perguntei quais as palavras, além das orações, que ela usa quando benze. Respondeu: “Cada caso tem as suas palavras próprias.” Não prossegui porque sei que é um assunto sobre o qual as benzedeiros não comentam. Mas, antes de seguir o meu caminho, pedi a sua benção, um ritual que é seguido por quem fala com as benzedeiros. É um sinal de respei-



to e agradecimento pela conversa. Ela me seguiu até a porteira da propriedade e conversamos mais uma meia hora sobre o futuro.

Barba, o benzedor de animais

Jorge Alberto Genro, 68 anos, conhecido em Garruchos como Barba, não lembra a data certa que teve uma conversa com o benzedor de animais Tano Paiva, que na época vivia no lado argentino da fronteira. Mas recorda o conteúdo do que foi dito, como me explicou em uma conversa que tivemos na barranca do lado brasileiro do Rio Uruguai. “Ele me ensinou umas orações para curar bicheiras nos animais”, contou. Perguntei quais foram as orações: Respondeu: “Não vou revelar. Foi um segredo entre nós dois.”

Depois da conversa com Paiva, Barba se iniciou na lida de benzedor de bicheiras de animais. O primeiro animal que benzeu foi a sua potranca, uma égua nova. Ele conta: “Soltei o animal no campo e voltei dentro de uns dias. A bicheira estava curada.” Nos dias atuais, Barba se tornou um benzedor de bicheiras afamado na região. Se ele anotasse em uma agenda os pedidos que lhe são feitos para benzer faltaria espaço para novos apontamentos. Lembra que muita gente, em especial os mais antigos, usa remédios contra as bicheiras. Mas não fica tranquila enquanto o animal não for benzido. A bicheira já foi um grande problema para os rebanhos gaúchos. É causada por moscas varejeiras, que depositam seus ovos nas feridas dos animais. Em menos de 24 horas, eles se transformam em larvas que se alimentam dos tecidos do animal. Hoje existe um aparato de remédios e uma abundância de veterinários que dão conta do recado. O benzedor entra como um reforço.

Tive sorte de encontrar Barba. Andei pelos quatro cantos do território gaúcho falando com benzedoras e benzedores. É só fui encontrar um benzedor de cavalos, gado, suínos e outros ani-



mais em atividade na Região Missioneira. O que vou falar não é científico. Mas não deixa de ser um fato. Há um enorme legado religioso deixado pelos jesuítas e pelos índios guaranis nas Missões. A tradição oral é muito forte. Graças a ela, são mantidas vivas através dos séculos muitas histórias, crenças e ditos populares. A cura de animais de grande porte pelo benzimento é uma dessas crenças. Não foi por outro motivo que Barba não revelou as rezas que aprendeu com o benzedor Paiva, que o iniciou na lida. A influência dos índios guaranis é muito grande na religiosidade dos missioneiros. Não faz parte do modo de vida dos guaranis tornar público os seus rituais religiosos. Nunca foi fácil para quem não é da região conversar com os missioneiros. Continua não sendo.

Geni, um elo na família do curandeiro Adair

Na sua adolescência não foram poucas as vezes que a benzedeira Geni Corrales Bronzoni, 73 anos, ficava doente de uma hora para outra e ninguém descobria o mal que a afligia. Foi em uma dessas ocasiões que o seu tio Adair Mendonça, já um afamado benzedor, disse-lhe as palavras que ela nunca esqueceu. E que repete até hoje: “Olha, minha filha, tu tens o dom das benzedadeiras. Se não quiser assumir, vai continuar adoecendo para o resto da vida”. Geni recorda que, após essa conversa, ficou pensativa e dias depois falou com a família sobre o assunto. E tomou a decisão de assumir o seu dom de benzedeira. “Eu nunca contei a ninguém. Mas depois que me assumi como benzedeira a minha saúde melhorou e não me lembro de ter ficado doente novamente”. Na época, o seu tio Adair teve o cuidado de lhe ensinar uma lição básica para todos aqueles que optam pela lida do benzimento. “O tio me ensinou a fazer o descarrego depois de atender uma pessoa para evitar ficar doente. Se não fizer tudo certinho, a carga negativa do benzido fica com o benzedor e o deixa doente”, explicou. O descarrego é uma crença que existe entre as benzedadeiras. É um ritual.





Geni Corrales Bronzoni

Tio Adair é Dahy Borges de Mendonça, nascido em 26 de julho de 1927, em Garruchos. Na década de 60, mudou-se para São Borja, onde era conhecido como seu Adair, afamado benzedor que herdou o dom do seu pai, Henrique Mendonça, que foi casado com dona Brasiliana Rodrigues. As informações sobre estas últimas linhas retirei de uma crônica chamada “O Curandeiro”. Foi publicada no dia 30 de novembro de 2011, na Folha de São Borja, pela professora Adriana Duval, do Projeto Crônica da Cidade, uma parceria entre o jornal e a Faculdade de Jornalismo da Unipampa, Campus de São Borja. Só consegui resgatar a história do tio da dona Geni porque existe o projeto da professora Adriana.

Seu Adair faleceu em 2015. E, desde então, todas as primeiras sextas-feiras do mês, Geni vai benzer na casa do tio em São Borja. Estive na casa dela em Garruchos e conversamos. Ela é casada com José, 78 anos, e eles têm dois filhos. Falou sobre fé e a necessidade de fazer o bem ao próximo. Repetiu uma frase que ouvi da boca de muitas benzedeadas que entrevistei: “Quando Cristo andava pelo mundo não tinha perigo. Hoje, as pessoas estão sem fé”.

Geni é uma pessoa metódica. Na hora que está benzendo se concentra e ouve o relato de quem está sendo benzido. Depois faz uma oração e, no final, começa a conversar. Ela explica: “As palavras do livro santo ajudam as pessoas a resolver os seus problemas”. Só ouvi sobre o ritual do benzimento o que ela falou. Não insisti em avançar no assunto por ter aprendido que as benzedeadas não gostam de conversar sobre os seus rituais. Muito menos sobre os assuntos que tratam com as pessoas que vão se benzer. No final, me despedi e ela me desejou boa sorte.

Dolvira, a benzedeadas das crianças

Dolvira Borges Cardoso, 76 anos, casou-se há 48 anos com Ramão Dorival Oliveira Nunes, 72. Há uns 30 anos, Ramão se tornou pai de santo e montou um terreiro de umbanda. Dolvira não



completou as sete etapas, também conhecidas como sete cruzamentos, para se tornar mãe de santo. Preferiu ser benzedeira de crianças. O casal é conhecido em Garruchos e tem oito filhos (três mulheres e cinco homens), 15 netos (oito meninas e sete meninos) e 16 bisnetos (sete gurias e nove gurus). Perguntei a dona Dolvira o motivo pelo qual optou por ser benzedeira de crianças. Respondeu: “Comecei com um sobrinho e aos poucos foram vindo outras crianças. Quando me dei conta, as mães estavam me procurando para benzer os seus filhos. Benzo contra quebranto (moleza no corpo, ausência de apetite e tristeza) e outros males causados nas crianças pelo mau-olhado (inveja).” Acrescenta: “As crianças são como esponjas, elas absorvem as coisas. Todo cuidado é pouco.”

Disse que uma das razões de dar preferência para atender crianças é que elas procuram o amor e não a dor. Não fiz uma estatística. Mas a maioria das benzedeiros que encontrei pelos quatro cantos do Rio Grande do Sul por onde andei falou que o número de crianças que são levadas pelos pais para benzimento é considerável. Conversei com um estudioso da cultura popular sobre o assunto. Ouvi dele que a maioria da população do interior do Estado, independentemente da classe social, sempre levou os seus filhos nas benzedeiros porque também foi levada pelos seus pais. Lembrei-me que no início da minha apuração para este livro, em Caçapava do Sul, cidade a 450 quilômetros ao sul de Garruchos, falei com um casal sobre os motivos pelos quais levava o filho para benzimento. Responderam: “Porque o ritual acalma a criança”. A mulher acrescentou: “O menino tem todo o atendimento médico, remédios e tudo mais. Levo na benzedeira porque os meus pais me levavam e me lembro com carinho daquele tempo.”

O fato é o seguinte. Se eu tivesse entrevistado dona Dolvira no início das minhas viagens não entenderia a grandiosidade do que ouvi dela. Sua opção pelas crianças é o maior elo entre as benzedeiros e as gerações futuras. O benzimento não compete com a ciência. Muito menos a ciência com o benzimento. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.





Dolvira Borges Cardoso



Vicentina Gonçalves dos Santos

Rehobot Sport

As benzedeadas digitais da pandemia

Há um lugar muito bonito e cheio de histórias chamado Cerro dos Munhoz. Fica no interior de Santana do Livramento, cidade separada por uma avenida da uruguaia Rivera. Foi na fronteira sul que o casal João Francisco Gonçalves e Maria Lima Gomes teve os seus 11 filhos. Um deles foi uma menina muito curiosa, a Vicentina. Hoje, Vicentina Gonçalves dos Santos tem 76 anos e é casada com Cláudio Erico Simões dos Santos, 78. O casal tem um filho. Fui recebido na sua casa e conversamos sobre a sua vida de benzedeadora. Ela conta a história: “Eu tinha oito anos e era companheira da mãe, que fazia partos pela Campanha e benzia as pessoas. Lembro-me que tinha um caderno onde anotava tudo que ela me ensinava, as orações e como fazer o parto. Era uma vida difícil. Muitas vezes saíamos de casa à noite, com chuva, para atender os partos. Quando a mãe não estava atendendo as mulheres grávidas, benzia as pessoas que vinham à nossa casa. O meu sonho sempre foi ser como ela, benzedeadora e parteira. Não tive oportunidade de ser parteira.” Perguntei o motivo. Ela respondeu: “Eu era nova e as mulheres preferiam as parteiras antigas. Depois, mudei-me para a cidade, onde não precisam de parteiras, porque há hospital, médicos e todos os recursos.”



Dona Vicentina é uma afamada benzeadeira em Livramento. O tempo não tirou a sua curiosidade para aprender. Contou que no auge da pandemia de Covid, em 2020, as pessoas que regularmente vinham se benzer ficavam desorientadas quando não podiam mais ser atendidas presencialmente. Foi nesta época que aprendeu a usar o WhatsApp. “Então, eu atendia pelo celular. Foi bom tanto para as pessoas que queriam ser benzidas quanto para mim, que voltei a fazer o que gosto, que é benzer”, contou, com satisfação. Perguntei-lhe como fez para benzer pelo WhatsApp. Ela explicou: “Uma das maneiras de benzer que a mãe me ensinou foi usando brasas. As pessoas me contavam os seus problemas e eu fazia os benzimentos em casa.” Ela diz que tem gente que vai à sua casa, se benze e sai sem no mínimo agradecer. Mas que não se importa. “Se pudesse, colocaria uma frase na frente da minha casa, que seria assim: ‘Aqui mora uma pessoa que gosta de fazer caridade.’”

Não é exagero dizer que, nos arredores de sua casa, dona Vicentina não consegue caminhar uma quadra pelas ruas sem ser cumprimentada ou questionada sobre alguma coisa relacionada a benzimentos. Perguntei a uma senhora, dona de um comércio próximo à casa da benzeadeira, como era o dia a dia por lá. Ela respondeu que depende. É movimentado nos fins de semanas, quando os peões das fazendas vão à cidade e muitos aproveitam para fazer um benzimento. Pouca coisa mudou no comportamento de dona Vicentina desde os tempos que sua mãe lhe ensinava os rituais e as receitas dos chás. Ela continua dedicando a maior parte do seu tempo para ajudar as pessoas. Seja com rezas ou simplesmente ouvido, conversando e trocando ideias.

Benzer não evita solidão e tristeza

A benzeadeira Odir Elgui Soares Severo, 81 anos, costuma ouvir com muita atenção as pessoas que a procuram. Ouve e pede para que expliquem melhor as situações relatadas que considera





Odir Elgui Soares Severo

importantes para entender o que está acontecendo. Costuma não falar sobre religião com quem a procura. Conversa apenas sobre o ritual do benzimento e diz as palavras do livro santo, a Bíblia. Fui recebido por ela na sua casa em Santana do Livramento. Expliquei-lhe que estava trabalhando em um livro sobre as benzedeadas. Ela ficou curiosa e quis saber mais detalhes. Disse que estava escrevendo sobre a participação das benzedeadas no cotidiano das comunidades. Balançou a cabeça concordando que estava tudo bem. Falou que, muitas vezes, quando as crianças de colo tinham problemas com “sapinho” (infecção superficial na boca, provocada por fungos), mesmo depois que os pais consultavam o médico, os avós não descansavam enquanto não as tivessem levado também a uma benzedeadas. Os mais antigos têm a crença que só as benzedeadas curam as feridas provocadas por picadas de aranha.

Dona Odir teve problemas de saúde durante a pandemia de Covid. Não foi contaminada pelo vírus. Mas pela depressão provocada pela solidão e por todo o ambiente sombrio que se formou em decorrência da doença. Foi ao médico, que receitou alguns remédios e ela melhorou. Mas voltou a ficar depressiva em agosto de 2024. “O doutor disse que as notícias das tragédias das enchentes acabaram provocando a volta da depressão. Além de me medicar, ele pediu para dar um tempo e deixar os noticiários de lado. Tenho fé que vou melhorar.” Na nossa conversa, dona Odir me chamou a atenção para um assunto que as outras benzedeadas com quem falei já tinham mencionado. Ela disse que, por ter os seus sentidos muito aguçados, sofre quando vê a desgraça alheia. Perguntei se não seria este o motivo da depressão. Falou que pode até ter influenciado. Mas não foi o determinante, porque as benzedeadas sabem lidar com essa situação. Já o que aconteceu durante a pandemia e os desastres provocados pelas enchentes foram coisas totalmente diferentes. “Parecia que o mundo estava acabando”, resumiu.

Geralmente faço a pergunta sobre o dom no início da conversa. Desta vez, deixei para o fim. Perguntei como descobriu que tinha o dom de ser benzedeadas. Ela falou sobre os



seus pais, Valdez Soares e Clementina, que tiveram 11 filhos. “A mãe era benzedeira e me ensinou a benzer quando eu era ainda criança”, contou. A respeito do seu pai, disse que ouviu dele uma história sobre o seu avô, Adalberto Soares. “O vô tinha um volumoso livro sobre homeopatia que era usado por todos da família. Este livro desapareceu. Deve ter ficado perdido na casa de alguém. Mas até hoje o seu desaparecimento ainda é assunto na família.”

Claudiamar, a domadora das tempestades da Serra do Caverá

Sempre que o tempo fica enfarruscado na Serra do Caverá, Claudiamar Trindade Ferreira, 55 anos, lembra do seu tempo de menina, quando a família morava em Cacequi, cidade que na década de 50 era um importante entroncamento ferroviário no Rio Grande do Sul. Em 1970, a mãe, Eulina Trindade Ferreira, o pai, Jesus Ferreira, ela e os três irmãos entraram em um trem e viajaram de mudança para Rosário do Sul, 50 quilômetros ao sul de Cacequi.

A família seguiu a rota de dezenas de migrantes em busca de trabalho em um dos grandes empregadores do país naqueles anos, a Companhia Swift do Brasil S. A. Fundado em Chicago, nos Estados Unidos, o frigorífico, um dos líderes mundiais em produção de carne, se estabeleceu em 1917 em Rosário, onde operou até 1982. Eulina foi trabalhar na Swift e seu Jesus, de pedreiro. Ao completar 14 anos, Claudiamar teve uma conversa com a mãe que nunca mais esqueceu. Ela queria que mãe a ensinasse a benzer. Dona Eulina havia se tornado benzedeira mais ou menos com 14 anos de idade. Ela respondeu de maneira muito simples e direta ao pedido da filha: “Disse que se me ensinasse e eu comesse a benzer, ela teria que se aposentar, e não estava a fim de parar.”





Claudiamar Trindade Ferreira

Claudiamar não aceitou o não da mãe. Começou a ouvir dona Eulina benzer escondida atrás das portas ou em qualquer outro lugar em que não fosse vista. Até que aconteceu o inesperado. Em 1991, dona Eulina, aos 48 anos, morreu de maneira repentina do coração. Em 2012, o pai, seu Jesus, aos 76 anos, também faleceu. Claudiamar teve dois filhos e seguiu tocando a vida em Rosário. Entre as suas ocupações, foi faxineira e auxiliar de produção da Associação Cultural Rosário em Cena, presidida por Paulo Evandro Pereira da Costa, 48 anos, orientador educacional na Escola Estadual de Ensino Médio Plácido de Castro. Estive em Rosário conversando com Claudiamar e perguntei-lhe como é a vida das benzedeadas na cidade. Ela resumiu assim: “Quem sabe que eu benzo vai lá em casa e é benzido.”

Começamos a conversar sobre benzer tempestades. Daí a nossa conversa mudou de rumo. “A Serra do Caverá é uma proteção natural contra as tempestades vindas do outro lado da fronteira”, explicou. Existem muitas histórias e lendas sobre o Caverá, que é definido como uma área de cerros na Fronteira Oeste, entre os municípios de Rosário e Alegrete. A benzedeadas alertou que quando o tempo fica pesado na Serra do Caverá é hora de começar a fazer as rezas para acalmar a tempestade. Ela faz as orações que aprendeu ouvindo a mãe. Diz que o importante não é a oração. Mas a maneira como ela é rezada e a fé de quem faz o benzimento. A nossa conversa foi em junho de 2024. Na época, os gaúchos ainda estavam juntando os pedaços da destruição causada por três grandes enchentes, duas em 2023 e a última, a mais devastadora, em maio do ano seguinte. Foram mais de 200 mortos, muitos feridos, destruição de estradas, pontes e prédios, milhares de animais perdidos. Perguntei a sua opinião, ela respondeu: “Isso aí não tem magia. O homem provocou a natureza destruindo rios, matas e contaminando o ar. Depois de toda essa sujeirama, a natureza deu o troco. Vai ser assim daqui para a frente.”



A devoção ao Queixinho da Merênciã

Existe uma devoção entre os moradores de Rosário do Sul que há muitas gerações vem passando de boca em boca e sempre é evocada nos grandes momentos de agonia. Como foi o caso da Gripe Espanhola, que entre 1918 e 1919 varreu o Brasil de sul a norte e de leste a oeste, causando 35 mil mortes no país, 12 mil no Rio Grande do Sul e 50 milhões no mundo. Ou da pandemia de Covid, que matou 700 mil brasileiros, 43 mil gaúchos e 15 milhões ao redor do planeta entre 2020 e 2021. A devoção também foi evocada por muitas famílias durante as revoluções que assolaram o território gaúcho, recheadas de episódios sangrentos como degolas e outras atrocidades. A devoção nasceu de uma história que se mistura com lendas que se confundem e ninguém sabe onde uma começa e outra termina. Todos se lembram da sua fé no Queixinho da Merênciã, que repousa em uma pequena sepultura no Cemitério Municipal de Rosário do Sul.

Tudo começou quando eu estava viajando pela BR-290 de Porto Alegre rumo a Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai. Parei em um posto de combustíveis nas proximidades de uma das entradas de Rosário. Já conhecia o lugar. Perguntei ao frentista mais velho do posto: “Quando as coisas estão ruins para quem vocês rezam?” Ele respondeu: “Fizemos promessa para o Queixinho da Merênciã.” Então indicou-me onde eu encontraria a pessoa que sabia de todo o caso, o professor Paulo Evandro Pereira da Costa, o presidente da Associação Cultural Rosário em Cena. A história que o professor me contou é muito popular na região, inclusive existem documentários, reportagens e livros sobre o Queixinho da Merênciã. Fala do filho de um fazendeiro muito rico e da filha do posteiro da fazenda, a Merênciã. Na época que aconteceu o caso, em 1889, o Brasil migrava da monarquia para a república, e nos limites das grandes fazendas, famílias pobres moravam em ranchos de pau a pique e tinham a tarefa de proteger e cuidar das cercas da propriedade. Esta era a situação da família de Merênciã, uma garota muito bonita e educada, como era a exigência da época. Os dois jovens se apaixonaram e iniciaram um romance às escondidas. Até que



o fazendeiro descobriu a paixão do filho por logo quem, a filha de um posteiro, um miserável. O pai tentou convencer o rapaz a desistir do namoro. Não teve jeito. Então começou a tramar o desaparecimento de Merênciã. Primeiro, mandou o filho fazer uma longa tropeada, levando gado para vender. Ao mesmo tempo, contratou dois assassinos com a missão de maltratar e matar a menina. Eles a sequestraram e a levaram para um mato, onde a estupraram e a picaram a golpes de facão. Depois atiraram os seus restos em um banhado.

Um dos golpes do facão cortou fora o queixo de Merênciã, que ficou pendurado em um arbusto. Por muitos dias, a família procurou sem sucesso a menina. O filho do fazendeiro voltou da tropeada e se juntou aos familiares e amigos na busca por Merênciã. Um dia, o pai dela se deu conta de que, todos os fins de tarde, o cachorro da família entrava no mato e desaparecia. Seguiram o cão e encontraram os restos mortais da menina. O filho do fazendeiro enlouqueceu, foi levado para Porto Alegre, onde morreu em um hospital. O queixo foi encontrado e alojado em uma caixinha, que passou a ser levado para a casa dos devotos. Até que um padre o enterrou no Cemitério Municipal e o pequeno túmulo virou local de devoção. As benzedeadas da região se juntam à devoção pelo Queixinho da Merênciã.





Vera Maria Damasceno Couto e Maria Emília Soares Porto

As benzedeadas das comunidades quilombolas

No final da década de 60 era muito comum nos rincões do Rio Grande Sul a construção de casas de barro misturado a palha, que eram chamadas de rancho. Nos fins de semana, aconteciam os chamados “bailes de rancho”, que eram animados por um gaitero, iluminados por lampião e empoeirados pelo pó que se levantava do “assoalho” de chão batido. Foi em um desses bailes que se cruzaram pela primeira vez e iniciaram um namoro Vera Maria e Luiz Carlos Garcia Couto. Vera era uma jovem que estava sendo iniciada no benzimento pela mãe, dona Alaides Severo. Casada com Gaspar Damasceno, Alaides era uma conhecida benzedeadora e auxiliar de parteira no Rincão da Faxina e arredores, no interior do município de Piratini. Luiz Carlos era um rapaz muito popular, um bem-sucedido esquilador de ovelhas com a tesoura manual. Esquilador é como são conhecidos os tosadores de ovelhas na fronteira gaúcha com o Uruguai e a Argentina.

O namoro durou uns cinco anos, foi cheio de altos e baixos, mas no final deu tudo certo. Eles se casaram e tiveram quatro filhos. Ela agora se chama Vera Maria Damasceno Couto, tem 70 anos, e Luiz Carlos está nos seus 75. Nos primeiros anos do casamento, ele começou a ter acessos de dores durante a tosquia. Foi quando descobriu que tinha o dom de benzedor e o desenvolveu. Depois que assumiu o seu dom, nunca mais adoeceu. Há uma diferença na maneira de benzer de Vera e de seu



marido. A formação dela é da benzedeira tradicional. Sua mãe lhe passou o dom e a orientou como exercê-lo. Luiz Carlos descobriu que tinha o dom quando já era adulto. E o desenvolveu seguindo a orientação da umbanda, uma religião afro-brasileira. Ele atende apenas as pessoas que o procuram, preferencialmente nos centros de umbanda. Em casa, só Vera atende. Estive na moradia do casal e conversamos. Seu Luiz Carlos tem o estilo de falar dos esquiladores, uma mistura de português com espanhol. É um contador de causos de mão cheia, como dizem no interior do Rio Grande do Sul. Dona Vera é benzedeira tradicional. Costuma dizer que, quando há um imprevisto desagradável, pensa com toda a sua força nos ensinamentos de Deus. “É assim que me livro das coisas ruins”, explicou. O casal nasceu, cresceu e continua morando no Rincão da Faxina. As coisas mudaram por ali. De 2003 a 2010, o lugar foi reconhecido como habitado por remanescentes de comunidades quilombolas, formadas por africanos escravizados que conseguiam fugir do cativeiro. Em 2010, foi fundada a Associação Quilombola Rincão da Faxina pelas 42 famílias que vivem em lotes individuais de seis hectares e produzem frutas, verduras, grãos, artesanato e outros produtos que são vendidos nas feiras de agricultura familiar e de porta em porta em Piratini. A função do casal agora vai muito além de benzer. São responsáveis pela preservação da cultura dos afrodescendentes nos benzimentos.

“O resgate da nossa cultura não é uma tarefa fácil. Mas é fundamental para as gerações que estão vindo aí”, lembrou Maria Emília Soares Porto, 52 anos, casada com Cremi dos Santos, 62. Ela é presidente da Associação Quilombola Rincão da Faxina e responsável pela articulação das reivindicações de oito comunidades quilombolas, onde vivem 270 pessoas, com os governos municipal, estadual e federal. Encontrei-a em uma manhã de domingo, no final do mês de julho de 2024, em um lugar chamado Nascentes, no interior de São Lourenço do Sul, cidade a 154 quilômetros de Piratini. Estava acompanhada por Santa Rosário Uguin da Silva, 77 anos. Dona Santinha, como é conhecida, é uma respeitada benzedeira da Terreira Nossa Senhora Aparecida, na Comunidade Quilombola Nicanor da Luz, no bairro Cancelão, em Piratini. Perguntei a ela como tinha se iniciado como benzedeira. “A minha mãe era parteira



e benzedeira. Cresci vendo-a trabalhar”, lembrou dona Santinha. O que estava acontecendo em São Lourenço era um encontro das populações quilombolas com a Pastoral Afro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB Sul 3). Celebraram um culto ecumênico, cantaram, almoçaram e discutiram problemas das comunidades. Conversei com o padre colombiano Wilfrido Mosquera, coordenador da Pastoral Afro, representante no Brasil da Pastoral Afro Latino-Americana e Caribenha e pároco da Paróquia Imaculado Coração de Maria, do Passo das Pedras, em Porto Alegre. Mosquera é um apaixonado pelo trabalho na pastoral. A nossa conversa foi interessante. Perguntei sobre o cotidiano da Pastoral Afro: “Respeito pela tradição e pela cultura autônoma”, respondeu.

Neste encontro, Emília mencionou uma discussão que vem acontecendo há muito tempo nas comunidades quilombolas. Trata-se do resgate da história de uma figura que existiu há muitos anos nos campos da fronteira gaúcha com o Uruguai e a Argentina. Eram os chamados “velhos da Campanha”. A maioria deles pertencia à primeira geração de filhos dos escravos que tinham sido libertados. Viviam solitários na imensidão do Pampa gaúcho, morando em casas feitas de barro engrossado por palhas e sem assoalho, os chamados ranchos. Estas figuras, conta Emília, acumulavam um grande conhecimento do clima, dos solos, das ervas medicinais, das sementes crioulas e da maneira correta de plantá-las.

Ela conta: “A minha tia-avó Juliana dos Santos Alves, que morreu aos 92 anos, era filha de escravos e vivia em um rancho perto de uma sanga, onde lavava roupa para fora, benzia e fazia xaropes. Vinha gente de muito longe, de todas as classes sociais, para se benzer com ela. Conhecia a movimentação do clima observando o comportamento dos animais e a intensidade das chuvas pelo movimento dos ventos.” Por um bom tempo, nos rincões do Rio Grande do Sul, era tradição as emissoras de rádio terem uma pessoa que fazia a previsão do tempo observando o comportamento dos animais na natureza. Claro, este conhecimento desapareceu com a morte dessas pessoas. Mas, de uma certa maneira, parte dele foi passado pelas benzedeiros para as suas sucessoras. Não há garantia de que os quilombolas conseguirão resgatar este conhecimento. Mas deram um passo importante ao decidirem tentar.





Eva Peres Pedra, a Eva Benzedeira

O poeta nativista e a benzedeira de Piratini

Seja qual for o lado que se olhar, é grandiosa, de muito trabalho e correria, a carreira de quase três décadas do cantor, compositor e músico nativista Cristiano Quevedo, 49 anos. Ele é um orgulho para os seus conterrâneos de Piratini, cidade gaúcha histórica localizada nas proximidades da fronteira com o Uruguai. Sabendo da correria que é a vida de Quevedo (ele roda mais de 4 mil quilômetros a cada mês), mandei-lhe um WhatsApp para marcar uma conversa sobre a sua avó, Eva Peres Pedra, 90 anos, mais conhecida como dona Eva Benzedeira. Conversei com ela na casa da sua filha, Eloá Pedra Quevedo, 69 anos, mãe de Cristiano. Ele chama a avó de mãe, porque dona Eva ajudou a filha a cuidar dele quando era criança.

Na época, Eloá cursava Letras na faculdade em Bagé, que fica a 160 quilômetros de Piratini. Trabalhava o dia inteiro e, no final da tarde, pegava um ônibus para ir estudar. Voltava para Piratini após a aula, ou seja, percorria 320 quilômetros diariamente por uma estrada que tinha longos trechos de chão batido. Depois que acertei com Cristiano o dia e o horário para a nossa conversa, liguei para ele e perguntei quais eram as suas lembranças dos tempos que convivia com a avó benzedeira. Pensei que iria falar do passado. Que, vivendo na agitação dos dias atuais, não teria tempo de conversar com dona Eva. Pensei errado. Ele respondeu desta forma à minha pergunta: “Falamos muito e seguidamente.



Sempre que tenho algum problema, ligo para ela pedindo conselhos e orações. Ela também me liga e pergunta como vão as coisas e se estou rezando. Tenho dois filhos, lembro-me que, quando eram crianças, seguidamente eu enviava as roupas deles para que ela as benzesse.”

Insisti em saber como era o dia a dia na época que era criança e ficava com a avó. Ele disse: “Muita gente a procurava para ser benzida. Sabe quantos afilhados ela tem? 35. Porque, além de benzedeira, ela ajudava nos partos e dava o primeiro banho na criança.” Dona Eva Benzedeira foi casada com Ildenso da Silva Pedra, falecido em 1996. O casal teve duas filhas, Eloá e Eloísa, que são professoras. Além de benzer, ajudar nos partos e dar o primeiro banho no recém-nascido, dona Eva também trabalhava de merendeira em uma escola.

Eloá lembra que a vida da família, na época que a mãe benzia e trabalhava de merendeira, foi tranquila. Dona Eva ouviu atentamente a minha explicação sobre os motivos pelos quais estava ali na casa da sua filha conversando sobre as benzedadeiras. Perguntei-lhe quem a iniciou na lida de benzer: “A minha avó, que era espírita”, respondeu. “Foi ela que disse: ‘A menina tem o dom para benzer’. Então fui aprendendo a benzer. Sempre fui do pensamento que quem faz o bem, recebe o bem. Benzo crianças e as minhas preces são para a Virgem Maria”. A minha conversa com dona Eva foi tranquila e muito esclarecedora. Repetiu várias vezes uma expressão que ouvi das benzedadeiras nos quatro cantos do Rio Grande do Sul por onde andei conversando com elas. “Faço o bem sem olhar a quem.” É simples assim, mas é como as coisas acontecem.

O longo caminho das benzedadeiras até o SUS

Josefina Souza Bandeira da Silveira, 98 anos, vive em um lugar chamado Boa Vista, no interior de Santo Antônio da Patrulha, Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Estive na casa de



dona Josefina conversando com ela e uma das suas filhas, Maria Silveira de Souza, 74 anos, que recebeu da mãe o dom de benzedeira. Perguntei a ela qual era a lembrança que tinha da sua infância. Ela contou: “Quando vinham as revoluções, colocavam uma pessoa para vigiar a estrada. Sempre que aparecia gente a cavalo, os mais velhos mandavam as crianças se esconderem no mato. E só voltar quando fossem nos buscar.” A prática de esconder crianças, animais domésticos e víveres nos matos em tempos de revolução faz parte da história gaúcha. Já ouvi dezenas de relatos a respeito.

Dona Josefina começou a trabalhar como benzedeira aos 15 anos, em 1941, quando acontecia na Europa e depois se alastraria para outros continentes a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O Brasil mandou para lutar na Itália a Força Expedicionária Brasileira (FEB), formada por 25 mil soldados. Ela lembrou como era a vida naqueles anos no interior de Santo Antônio: “Tudo muito difícil.” Não era só lá. De um modo geral, no interior do Rio Grande do Sul havia poucas e precárias estradas, faltavam médicos e hospitais e a grande maioria dos produtores rurais tinha roças de subsistência e trocava com o bodegueiro, ou bolicheiro, como eram conhecidos os comerciantes no interior, o excesso da colheita por produtos industrializados — açúcar, sal, querosene e ferramentas. O comerciante então abastecia com aqueles produtos coloniais os atacados de Porto Alegre, que os revendiam para o comércio varejista, os armazéns. Era assim que funcionava. No final da década de 40, Josefina casou-se com Antônio Alves Silveira, falecido em 1978. O casal teve seis filhos e adotou mais um.

Na década de 50, as coisas ainda não tinham mudado muito no interior gaúcho. Ainda eram escassos médicos, hospitais e demais serviços de saúde. “As pessoas vinham de muito longe para se benzer”, recordou Josefina. Nas décadas seguintes (anos 60 e 70), hospitais e médicos começaram a se espalhar pelo interior. Mas os preços cobrados pelas consultas e os serviços hospitalares eram proibitivos. Muitos agricultores precisavam vender terras, equipamentos





Maria Silveira de Souza e Josefina Souza Bandeira da Silveira

e outros bens para tratar problemas de saúde na família. Dezenas de reportagens sobre esse assunto estão nas páginas dos jornais da época. O problema foi resolvido pela Constituição de 1988, que instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo acesso universal aos serviços médicos e hospitalares. Soma-se a isso a popularização dos planos de saúde particulares, que baixaram os custos de acesso aos serviços médicos. Pedi para dona Josefina comparar como era trabalhar como benzedeira nos tempos que não havia médicos e hospitais com os dias atuais. Ela nem pensou muito para responder: “Não tem comparação. Hoje, a pessoa que precisa de um médico ou hospital só precisa atravessar a rua e já encontra. Quem nos procura atualmente vem em busca de uma palavra de carinho, do conforto de uma oração e principalmente de alguém que ouça os problemas dela.”

Dona Josefina continua atendendo preferencialmente crianças. “Agora é com minha filha”, indicou. Conversei com a filha, a Maria. Ela foi casada com Antônio Dias de Souza, falecido em 1990. O casal teve três filhos. Disse que o interesse dela pelo benzimento vem da convivência com a mãe e do desejo de fazer o bem para as pessoas. Ela nasceu quando dona Josefina tinha 22 anos. “Cresci vendo a mãe benzer. Assumi o dom de benzer que Deus me deu aos 30 anos. Desde então estou benzendo”. Nós três conversamos em uma sala e antes de acabar perguntei para dona Josefina. “E agora, o que a senhora espera do futuro?” Ela respondeu: “Se o bom Deus assim entender, que eu complete os 100 anos em 2026.”





Wilfrido Mosquera e Maria Emília Soares Porto

As benzedeadas sobrevivaram aos novos tempos porque se adaptaram

Contei a história de um personagem que julguei que estava caminhando para o esquecimento. Parti da ideia inicial de que as benzedeadas estivessem indo a passos muito largos rumo à extinção. Por dois motivos muito concretos. O primeiro é a Constituição de 1988, que garantiu o direito à assistência médica e hospitalar gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O segundo é que, na década de 90, houve a profissionalização e a popularização dos planos de saúde particulares, que baixaram significativamente os custos das consultas médicas, dos exames e das internações hospitalares. O auge dos benzimentos foi quando nada disso existia e nos sertões do Brasil a única porta que um doente podia bater, fosse ele pobre, rico ou remediado, era a da benzedeadas. Naqueles tempos, os recursos médico-hospitalares só existiam nas cidades de porte médio e grande, e mesmo assim eram escassos e caríssimos. Nos dias atuais, mesmo nos mais abandonados sertões do Brasil, a assistência médico-hospitalar está ao alcance de todos.

Frente a essa realidade, o cenário que esperava encontrar era de fim de festa. Velhas senhoras e senhores que falariam sobre os velhos tempos. Estava enganado. Percebi isso logo nas primeiras semanas do trabalho de apuração. O que aconteceu? Em 2020, instalou-se no mundo a pandemia de Covid-19. No Brasil, a situação foi particularmente dramática porque o presidente da República da época, Jair Bol-



sonaro (PL), 69 anos, era negacionista em relação ao poder de contágio e letalidade do vírus. Como nos primeiros meses da pandemia não existiam vacinas ou remédios contra a Covid, a Organização Mundial da Saúde (OMS), ligada à ONU, recomendou a todos os países que, até que a cura fosse encontrada, as pessoas permanecessem isoladas em suas casas. Não tinha o que fazer. Era se isolar e rezar para não ser o próximo a pegar o vírus e ir parar em um hospital. Bolsonaro se aproveitou desse clima de pânico, se posicionou contra o isolamento determinado pela OMS e começou a pregar o uso de medicamentos ineficazes contra a doença, como a cloroquina. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) entraram em campo e determinaram que o país adotasse as recomendações da OMS. A pandemia terminou em maio de 2023, deixando um saldo de 43 mil mortes no Rio Grande do Sul, 700 mil no Brasil e 15 milhões no mundo. O que descobri? Descobri que durante a pandemia os moradores mais antigos do interior do Rio Grande do Sul foram bater na porta das benzedadeiras à procura de uma explicação para o que estava acontecendo. Ouvi de uma delas o comentário de que muitos acreditavam que havia chegado o fim do mundo. Benzedadeiras aprenderam a usar o WhatsApp para atender quem as procurava. Também desenvolveram uma técnica de atender do outro lado de uma porta fechada.

Passada a pandemia, descobriu-se um imenso saldo de doenças mentais causadas por todo aquele ambiente de medo, entre elas pânico, depressão e ansiedade. Essas doenças foram um reforço para a já elevada taxa de suicídio gaúcho, de 12,4 mortes para cada 100 mil habitantes, uma das mais altas do Brasil. Há vários motivos para justificar esses números. Um deles é a formação cultural do gaúcho, que o impede de se mostrar vulnerável e buscar ajuda. Sabedores dessa realidade, no interior do Estado grupos de profissionais envolvidos com a saúde mental incluíram benzedadeiras nas suas equipes. O gaúcho tradicional não vai procurar a solução dos seus problemas no serviço de saúde mental. Mas vai buscar ajuda em uma benzedeira porque faz parte da sua cultura. Também descobri que benzedadeiras estavam sendo levadas para seminários na Serra, sobretudo em Gramado e Canela, quando abordavam vários assuntos. Filas e filas se formavam de pessoas desejando ser benzidas. Inclusive, prefeituras de outras



idades turísticas estavam se organizado para montar um circuito de benzedeadas. Em uma semana e pouco de trabalho descobri que nunca havia se falando tanto sobre benzimento como atualmente. Aqui é o seguinte. Não existem disponíveis dados confiáveis que mostrem se a população de benzedeadas está estagnada, aumentando ou diminuindo. Qualquer número que se dizer é chute. Há 40 anos exerço a profissão de repórter, fazendo jornalismo investigativo, reportagens que exigem muito trabalho e atenção. Como resolvi o problema da carência de estatísticas? Pela lógica, o número de benzedeadas hoje é menor do que na época anterior ao advento do SUS e dos planos de saúde particulares. Conseqüentemente, a chegada da assistência médico-hospitalar diminuiu a quantidade delas. Mas elas não foram extintas. Por quê? Simples, adaptaram-se à nova realidade. Continuaram fazendo as suas rezas e benzimentos. Porém, acrescentaram ao atendimento a conversa sobre os problemas da vida.

A bem da verdade é bom que se diga. A ideia de colocar a conversa nos atendimentos não foi das benzedeadas. Mas dos seus clientes. Dei-me conta disso lembrando uma conversa com minha mãe, Itoni Maria Wagner (1933-2024), a dona Loni, falecida em julho de 2024, que tivemos antes da pandemia, durante um almoço em família, em Encruzilhada do Sul. Na ocasião, ela reclamou que as pessoas, durante o benzimento, só queria conversar e falar dos seus problemas. Lembro-me bem de um dos seus comentários: “Eles perguntam até que remédio tem que dar para a vaca produzir mais leite.” Também ouvi de outra benzedeadas uma frase interessante. Ela disse: “Os médicos curam os males do corpo, nós, os da alma.”

Por muitos anos foi regra entre as benzedeadas só começar a trabalhar depois que uma outra, geralmente a mãe, lhe passasse o dom, o desenvolvimento da capacidade de benzer. Nos dias atuais, o interesse das novas gerações pelo benzimento aumentou tanto que já existem cursos que ensinam a benzer. Andei pelos quatro cantos do Rio Grande do Sul conversando com benzedeadas. Como já disse, não tenho como afirmar quantas benzedeadas estão em atividade. Mas posso garantir, sem medo de errar, que são muitas e das mais variadas idades. Porém, o número de homens benzedeadas é possível contar nos dedos de uma mão.





Elma Sant'Ana

Dona Tita, a benzedeira do Brizola, e os fiapos da história dos campos de batalha

Quem me apresentou para as benzedeiros foi o trabalho da escritora e pesquisadora Elma Sant’Ana. E quem apresentou Elma para as benzedeiros foi a sua mãe, Ilka Nunes Sant’Ana. Na década de 1950, Elma era criança e a mãe a levava na casa de dona Tita, como era chamada Tita Guimarães, que morava na Rua Dr. Freire Alemão, na Auxiliadora, bairro elegante de Porto Alegre. Ela lembra de uma frase dita pela sua mãe: “É a benzedeira do Brizola”. Famoso político gaúcho que foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul e ficou conhecido internacionalmente quando, em 1961, liderou o Movimento da Legalidade, que depois da renúncia do presidente da República, Jânio Quadros, garantiu a posse do vice, João Goulart, o Jango do antigo PTB.

Ela conta como foi aquele dia que a mãe a levou até a residência de dona Tita: “Era uma casa de madeira na parte frontal e depois alvenaria de cor verde. Tinha um pátio na frente muito grande, onde as pessoas aguardavam para ser atendidas. Entramos e ficamos na sala da casa”. Algum tempo depois, estava diante de dona Tita. Elma recorda: “Ela me benzeu, pois eu tinha uma espécie de caroço no pulso esquerdo. Minha mãe levou um paninho, agulha e linha. Dona Tita me ensinava a responder o que ela ia perguntando: ‘O que é que eu coso?’ Eu respondia mais ou menos assim: ‘Carne rasgada, osso ofendido, nervo torcido e veia



dilatada'. O certo é que, quando me dei conta, o caroço tinha desaparecido". Três décadas se passaram até que, nos anos 80, a pesquisadora lançou o livro *O folclore da mulher gaúcha*. A quarta edição saiu na Feira do Livro de Porto Alegre de 1984, pela Editora Tchê. Hoje já tem mais de 30 livros e trabalhos publicados sobre parteiras, benzedeadas, folclore e biografias como *A mulher na Guerra dos Farrapos*. Em 2019, publicou o livro *Benzedeadas & Benzeduras*, onde fecha a apresentação do trabalho com a seguinte frase: "À bênção, Dona Tita, benzedeadas da minha infância!" Tivemos uma conversa. Falou-me que, em maio de 2024, participou de uma *live* na Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (Uergs) na qual sugeriu o mapeamento das benzedeadas e dos benzedores no território gaúcho. Esse mapeamento seria uma mão na roda para os pesquisadores, porque abriria o caminho para esclarecer pontos ainda obscuros na história das benzedeadas, como é o caso da participação delas nas guerras.

Devido à formação das fronteiras do território gaúcho, que foram desenhadas por muitos confrontos bélicos com os vizinhos castelhanos, com o governo central brasileiro e entre civis (os chimangos, que usavam lenço branco, e os maragatos, que vestiam lenço vermelho), as mulheres se envolviam diretamente nos conflitos. Aqui se incluem as benzedeadas. A historiadora Hilda Q. Hübner Flores escreveu no seu livro *Mulheres na Guerra dos Farrapos* (também conhecida como *Revolução Farroupilha*, entre os gaúchos e o governo imperial do Brasil, ocorrido entre 1835 a 1845) sobre as vivandeadas, mulheres que acompanhavam as tropas em marcha e nos combates. Inexistente o serviço de intendência do Exército (suprimentos, atendimento médico e logística), essas mulheres supriam toda a sorte de necessidades dos milicianos: cozinhavam, lavavam, cuidavam da farda, remedavam, pregavam o botão que a luta arancou, improvisavam recursos em suas barracas ou carretas. A autora não menciona. Mas há uma linha de pesquisadores que acreditam que as benzedeadas estavam entre as vivandeadas, cuidando dos feridos com suas rezas e chás. A respeito da Guerra dos Farrapos, conheci a historiadora Francieli dos Santos Domingues Corral, 30 anos, em Piratini, cidade que foi a primeira capital farroupilha. Ela me contou uma história muito interessante, que assim resumo: o Tratado de Ponche Verde, assinado em 1845 pelo

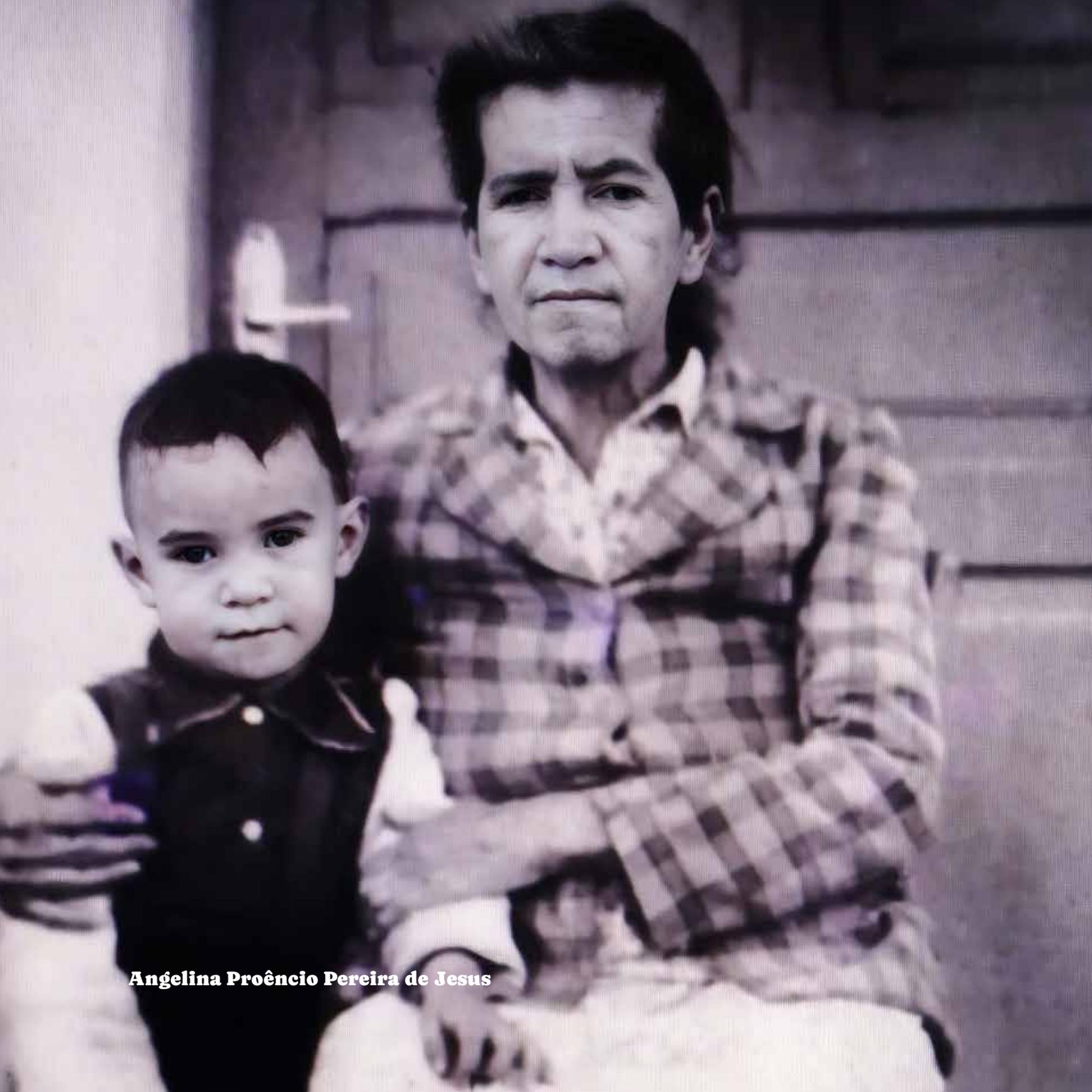


representante do Império do Brasil, Duque de Caxias, e por David Canabarro, um dos líderes farroupilhas, pôs fim à guerra. Nos dias, meses e anos que se seguiram à assinatura do tratado, o governo central investiu na desmontagem da infraestrutura da então província, em especial na região de Piratini, para impedir que acontecesse uma nova revolta. Naqueles tempos, os períodos de paz eram curtos.

Apreendi trabalhando como repórter que a história oficial dessas revoltas não é difícil de recuperar porque existem documentos, jornais da época e registros em atas. Mas os destinos dos soldados que lutaram, foram feridos e sobreviveram são poucos ou inexistentes. O que existe, sabemos pela história oral, aquela que é passada de geração a geração. Muitos desses conteúdos desaparecem no tempo. E é justamente aqui que se encaixam as benzedeadas de antigamente. Muito da história da participação delas nos conflitos simplesmente desapareceu e não tem como recuperar. Alguns fiapos ainda sobrevivem na memória dos mais velhos. Certa vez, estava fazendo a cobertura jornalística de tempestades que tinham cruzado pelos campos de Itaqui, na fronteira com a Argentina, e destruído tudo que havia pela frente. Fiquei lá quase um mês trabalhando. Nas minhas andanças pela região encontrei um senhor, a quem todos respeitavam por ser neto de escravos e um grande conhecedor do poder curativo das plantas da região. Como era sábado à tarde, tinha tempo porque não precisava enviar material para o jornal, a não ser que acontecesse alguma emergência.

Sentei-me para conversar com o senhor. A minha esperança era ouvir alguma coisa que rendesse uma matéria. Conversamos um bom tempo sobre como fazer um emplastro para evitar que uma ferida provocada por corte de faca fique infeccionada. Ele fez uma demonstração de como se fazia um emplastro. Em um pequeno pilão, esmagou uma série de plantas. Depois, as colocou sobre a pele. Ele aprendeu a fazer o remédio com a sua mãe, que por sua vez aprendeu com a avó dele, que foi escrava. Essa conversa tive por volta de 1998. Na época, não me dei conta. Mas estava tendo acesso ao que chamo de fiapo da história oral. Ainda hoje é possível encontrar pela fronteira do Brasil com a Argentina pessoas que conhecem o poder das plantas e sabem fazer remédios caseiros. Mas, a cada dia que passa, fica mais difícil encontrá-las. Uma parte importante da história das benzedeadas desaparece com elas.





Angelina Proêncio Pereira de Jesus

Orgulho de ser neta da benzedeira Angelina, discípula do monge São João Maria

Uma boa história sobre benzedeiros às vezes começa de maneira estranha. Ouvi falar que a jornalista Jurema Josefa, 76 anos, sabia benzer. Somos velhos conhecidos. Liguei para ela e marquei uma conversa. Quando nos encontramos no Centro Histórico de Porto Alegre, eu de caneta e bloco em punho, perguntei: “Jurema, tu é benzedeira?” Ela respondeu: “Não. A minha avó foi.” Assim que começou a falar da avó, o rosto de Jurema ficou sereno e a sua voz, suave. Pedi que me contasse a história da avó. A seguir, o seu relato.

Conheci minha avó, Angelina Proêncio Pereira de Jesus (1888-1975), conhecida como “Mãe Vêia”, e que por mais de 60 anos atuou como benzedeira em Lages (SC). Ela era — para mim, criança pequena — uma velhinha muito velha mesmo! Surpreendi-me quando faleceu somente com 87 anos. Achava que tivesse quase 100. Nasceu em Coxilha Rica, planalto catarinense, na época município de Lages, em 20 de agosto de 1888. Creio que sua mãe (minha bisavó) era descendente dos povos ancestrais indígenas, chamados Jê do Sul, dos quais se originaram os xokleng e os caingangues. Esse tema, entretanto, nunca foi motivo de conversa na minha família. Já o marido da avó Angelina era um mulato, filho de uma negra que tinha sido vendida, na



Bahia, junto com uma leva de negros, para trabalhar na condição de escravos para estancieiros dos campos de cima da serra catarinenses. Não há árvore genealógica na minha família — como de resto, em nenhuma família de negros escravizados — pois nem sabemos se essa negra (minha bisavô) nasceu na Bahia ou em além-mar.

Vó Angelina casou-se cedo e, aos 16 anos, teve a primeira filha, Maria Pereira de Jesus, minha mãe, nascida em 15 de fevereiro de 1904. Teve na sequência oito filhos, cinco mulheres e três homens. Aprendeu com a mãe (indígena) a arte de benzer, de parteira e também o uso de ervas para chás e benzeduras. Faleceu em 31 de março de 1975. Não deixou nenhuma filha benzedeira. Mas deixou uma parteira: minha mãe, também conhecida como Xinoca, nascida em São Joaquim (SC). Meu pai, Valdemiro Timóteo da Silva, conhecido como Maneca, também é um “barri-ga-verde”, nascido em Ratoles, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis. Tiveram oito filhos, quatro homens e quatro mulheres. A avó vivia pulando de casa em casa dos filhos. Lembro-me de que, quando a minha família morava em Lages, ela chegava com uma sacola de roupas e umas poucas tralhas. A mãe providenciava o melhor quarto. A primeira vez que vi ela tirar de uma sacola a foto de um velho e colocá-la com devoção na mesinha de cabeceira, pensei: deve ser esse o meu avô, pai da minha mãe, que havia falecido num Dia de Todos os Santos, fazia uns 15 a 20 anos. Enganei-me: ela me contou que essa era a imagem de um profeta, chamado São João Maria de Agostinho, um santo caboclo, benzedor, curandeiro, e que respeitava a terra, as águas e as plantas. Bem mais tarde na vida, já na Faculdade de Jornalismo, na PUC de Porto Alegre, fiquei sabendo que São João Maria era um dos Santos Profetas da Guerra do Contestado, um conflito armado ocorrido entre outubro de 1912 e agosto de 1916 no oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná, que na época disputavam seus limites territoriais — daí o “contestado”. Possesores e pequenos agricultores que tiveram suas terras desapropriadas para a construção da ferrovia entre São Paulo e Rio Grande do Sul e trabalhadores remanescentes da obra engajaram-se em



um conflito social que ganhou características messiânicas sob a liderança de figuras carismáticas como o curandeiro e rezador João Maria. A minha avó ficava contente ao saber que, nas horas difíceis, a mãe rezava para esse profeta e nos mandava comer couve, que era bom para a saúde, remédio recomendado pelo profeta.

Lembro-me da avó benzendo: “Em teu nome, Senhor Deus, eu curo osso quebrado/ carne rasgada/ nervo rendido e acabo com cobreiro/ cobreiro brabo”. No período que ela ficava na nossa casa, a vizinhança e outros faziam ronda com crianças, pessoas com dores variadas, todas trazidas para benzer. As histórias de que “em tal lugar tem uma benzedeira milagrosa” se espalhavam como as fake news nos dias atuais! A benzedura era um ato sem plateia, ao contrário dos milagres dos santarrões nas TVs. Na sala de visitas, apenas a benzedeira e a paciente, com criança ou para si mesma. Uma bacia com água limpa, um ramo de alecrim ou outra plantinha verde. Minha avó benzia para aplacar hérnias de umbigo de bebês, arca caída (quando a criança não conseguia se levantar para andar, por sentir dor), joelhos trôpegos e dores em geral. A ladainha “em teu nome, Senhor Deus, eu curo osso quebrado/carne resgada e nervo rendido” abria o procedimento. Em seguida, a avó mandava tirar as dores ou a moléstia “que está nessa pessoa” (dizia o nome). Lembro-me que nunca dizia “o bebê tem arca caída”. Era “está com a arca caída”. A doença nunca era da pessoa. Estava na pessoa, e ela pedia ao Senhor Deus que tirasse aquele mal. Quando se tratava de feridas, chamadas de cobreiro, a pessoa que estava sendo submetida ao tratamento respondia “cobreiro brabo”. Se fosse uma criança, a mãe dela fazia o papel e dava a entonação do cobreiro brabo. Lembro-me das ervas usadas para tratar doenças. Maçanilha (dor de barriga, vermes, calmante); erva-doce ou funcho (dor de barriga, calmante, dor de estômago); agrião fervido com mel de abelha (tosse, gripe); mentruz (para hematomas por quedas e batidas, o mentruz macerado, posta a pasta resultante no local machucado e coberto com um pano que devia ser trocado por outro aquecido em água quente);



arruda (dores de cabeça); quebra-pedra (problemas do aparelho urinário, crianças que urinam na cama); macela (para dores de barriga, cabeça, mas que deve ser colhida na Sexta-Feira Santa, hábito que se mantém na região Sul do Brasil).

A imagem de São João Maria foi deixada pela avó para a minha mãe. Ela passou para a sua primeira neta, a Lucia Helena da Silva Carvalho, filha da minha irmã mais velha, a Joceli Maria da Silva. A história de que sou benzedeira nasceu por causa de uma festa dos meus 75 anos. Quando fiz 70, meu filho mandou fazer uma camiseta com um desenho em forma de coração com as fotos dos pais e dos irmãos. Nos meus 75, em Porto Alegre, tivemos um encontro no Chalé da Praça XV, no centro da cidade, e fui com a camiseta, uma bombacha branca e alpargatas. Quando cheguei ao local, o grupo de whats chamado “Filhos e Filhas da Mãe Jurema” berrava: “Mãe Jurema/ mãe Jurema”. Fiz um sucesso. Algumas pessoas — de fora do grupo — ouviram aquilo e vieram até mim pedir uma benção. Eu desejei só o melhor “em nome Dele, do Senhor Deus”. Não sou benzedeira. Mas uma orgulhosa neta de benzedeira!





Em 2024, eu e o Emilio corremos pelas estradas tocando o livro das benzedeadas. Em julho, minha mãe, Iloni, morreu. Chamada de dona Loni, em parte dos seus 91 anos ela foi benzedeadora em Encruzilhada do Sul. Utilizei no texto feito sobre ela frases de uma de suas netas, Marina, filha da mana Guinha e do Rui. Marina escreveu: “Eu sou neta da Iloni, e essa sentença tem muita força. Não importa o que aconteça. Se estremeço, se duvido, se a minha vó vai morar em outro plano. Sou neta da Iloni e isso me movimenta, me impulsiona e me orienta.” Somos sete filhos. O livro é também uma homenagem à dona Loni, benzedeadora de Encruzilhada.

MAIS UMA CONEXÃO

